SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2012

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Novembro/2012

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/11/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	11
Especial	1
Não Deliberativa	8
Programa Senado Jovem Brasileiro	1
Total de sessões realizadas	**21**
Reunião	1

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/11/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PEC	1	-	-	1	**2**
PLC	3	3	2	0	**8**
PLS	2	19	3	1	**25**
PRS	5	0	0	0	**5**
Total	11	22	5	2	**40**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/11/2012

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	0	-	1	**1**
PLV	1	1	0	**2**

Quadro de Requerimentos*
01 a 30/11/2012

Natureza	Total
Audiência de comissão	7
Congratulações, pesar e assemelhados	24
Criação ou alteração de comissão temporária	2
Desapensamento de matérias	1
Informações	10
Missão (em representação do Senado Federal)	34
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	5
Retirada de matéria	2
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	4
Urgência para matéria	5
Total Geral	**97**

*No período de 01 a 31/10/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/11/2012

	PRES REP	SF	CD	Total
PLC	2	-	4	6
PLS	-	21	-	21
PRS	-	5	-	5
Total	2	26	4	**32**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 30/11/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	57	-	57
Art. 40 (2)	1	-	1
Art. 43, I (3)	7	-	7
Art. 43, II (4)	2	-	2
Soma	**67**	**0**	**67**
Requerimento para retirada	-	-	-
Total Geral	**67**	**0**	**67**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares;**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 30/11/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**34**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/11/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	29
Deliberativa Ordinária	87
De Premiações E Condecorações	1
Especial	14
Não Deliberativa	90
Programa Senado Jovem Brasileiro	1
Total de sessões realizadas	**222**
Reunião	9
Total de Reuniões	**9**
Reunião não Realizada	9

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/11/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	7	-	0	4	3	0	-	0	**14**
PLC	46	48	3	0	0	0	31	0	**128**
PLS	4	109	6	3	22	0	27	1	**172**
SCD	3	0	1	0	0	0	0	0	**4**
ECD	1	0	0	0	0	0	0	0	**1**
PDS	35	551	0	0	0	0	0	0	**586**
PRS	53	5	0	0	1	0	0	0	**59**
MSF	37	-	0	0	0	1	-	0	**38**
OFS	2	-	0	0	0	0	-	0	**2**
Total	188	713	10	7	26	1	58	1	**1004**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/11/2012

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MPV	7	1	0	-	**8**
PLV	-	0	22	1	**23**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/11/2012

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	9
Audiência de comissão	90
Auditoria	1
Calendário especial	7
Congratulações, pesar e assemelhados*	259
Criação ou alteração de comissão temporária	11
Desapensamento de matérias	18
Dispensa de parecer	1
Homenagem de pesar	3
Inclusão em Coleções do Senado Federal	3
Informações	168
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	6
Missão (em representação do Senado Federal)*	166
Preferência*	2
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	6
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	37
Reexame de matéria por Comissão	2
Retirada de matéria	38
Sobrestamento	5
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	78
Urgência para matéria	45
Votação em globo	1
Sem natureza	1
Total Geral	**965**

* Compatibilizados os quantitativos tendo em vista as deliberações sobre os RQS 003/2012, em fevereiro, e 635/2012, 697/2012 e 698/2012, em julho.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/11/2012

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	MPU	STJ	Total
PLC	17	-	63	9	1	2	2	94
PLS	-	113	-	-	-	-	-	113
SCD	-	-	3	-	-	-	-	3
ECD	-	-	1	-	-	-	-	1
PDS	-	6	580	-	-	-	-	586
PRS	-	58	-	-	-	-	-	58
Total	17	177	647	9	1	2	2	**855**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 30/11/2012

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1,5)	523	5	518
Art. 40 (2)	10	-	10
Art. 43, I (3)	59	-	59
Art. 43, II (4,5)	48	1	47
Soma	**640**	**6**	**634**
Requerimento para retirada	6	-	-
Total Geral	**646**	**6**	**634**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

02/02 a 30/11/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	166

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 30/11/2012

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 65/2011	Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Clésio Andrade	07/11/2012

2. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 10/2012	Acrescenta dispositivo ao art. 5º da Constituição Federal, extinguindo a prerrogativa de foro.	Cássio Cunha Lima	13/11/2012

Matéria: Medida Provisória. Total: 1

1. Ao arquivo. Total: 1

Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 574/2012	Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.	Presidente da República	13/11/2012

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 25/2012	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 575, de 2012	28/11/2012

2. À sanção. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 23/2012	Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 576, de 2012	28/11/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 8

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 141/2010	Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.	Silvinho Peccioli	05/11/2012

2. Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 106/2009	Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define "tratamento mental" como enfermidade psíquica em geral).	Jutahy Junior	14/11/2012
PLC 110/2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.	Neucimar Fraga	14/11/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 8

3. À sanção. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 32/2012	Modifica a Lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.	Antonio Carlos Mendes Thame	07/11/2012
PLC 93/2012	Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para a detração ser considerada pelo juiz que proferir sentença condenatória.	Presidente da República	07/11/2012
PLC 92/2012	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT.	Presidente da República	20/11/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 65/2011	Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Ivan Valente	05/11/2012
PLC 60/2012	Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.	Carlos Bezerra	28/11/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25

1. À Câmara dos Deputados. Total: 21

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 368/2009	Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.	Paulo Paim	07/11/2012
PLS 2/2012	Altera a redação dos artigos 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.	Sérgio Souza	14/11/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25

1. À Câmara dos Deputados. Total: 21

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 151/2010	Institui a Semana Nacional da Doação de Leite Humano, a ser comemorada semestralmente.	Marisa Serrano	05/11/2012
PLS 254/2011	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.	Marcelo Crivella	05/11/2012
PLS 284/2011	Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso.	Waldemir Moka	05/11/2012
PLS 603/2011	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos do Doente de Lúpus.	Vicentinho Alves	05/11/2012
PLS 504/2011	Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.	Humberto Costa	09/11/2012
PLS 179/2008	Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.	Sérgio Zambiasi	14/11/2012
PLS 640/2011	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel (UTI móvel) durante as competições.	Humberto Costa	14/11/2012
PLS 70/2012	Altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, e 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem.	Paulo Davim	14/11/2012
PLS 142/2008	Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.	Renan Calheiros	20/11/2012
PLS 264/2010	Dispõe sobre a Equoterapia.	Flávio Arns	20/11/2012
PLS 287/2010	Dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica.	Arthur Virgílio	20/11/2012
PLS 408/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.	Eduardo Amorim	20/11/2012
PLS 150/2012	Altera o caput do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor da Aposentadoria por invalidez.	Paulo Paim	20/11/2012
PLS 196/2012	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Bolsa Família as famílias de pessoas acometidas por neoplasia maligna.	Cícero Lucena	20/11/2012
PLS 212/2012	Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providencias.	Rodrigo Rollemberg	26/11/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 25

1. À Câmara dos Deputados. Total: 21

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 368/2011	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a competência da Polícia Federal para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da internet, quando tiver repercussão interestadual.	Humberto Costa	28/11/2012
PLS 24/2012	Altera o art. 228 da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.	Ana Amélia	28/11/2012
PLS 82/2012	Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências.	Lobão Filho	28/11/2012
PLS 230/2011	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.	Paulo Paim	29/11/2012

2. Ao arquivo. Total: 4

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 84/2009	Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Raimundo Colombo	14/11/2012
PLS 523/2007	Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas.	Marcelo Crivella	26/11/2012
PLS 206/2008	Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.	Marconi Perillo	30/11/2012

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 425/2011	Determina medidas para esclarecer os consumidores acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal.	Casildo Maldaner	27/11/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 5

1. À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 61/2012	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até € 300.000.000,00 (trezentos milhões de euros).	Comissão de Assuntos Econômicos	07/11/2012
PRS 62/2012	Autoriza o Estado do Tocantins a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS".	Comissão de Assuntos Econômicos	07/11/2012
PRS 63/2012	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US $ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	07/11/2012
PRS 64/2012	Altera a redação do art. 2º da Resolução nº 58, de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiar parcialmente o "Programa de Reestruturação da Dívida CRC-CEMIG".	Comissão de Assuntos Econômicos	07/11/2012
PRS 67/2012	Ratifica, com base no art. 98, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2012.	Mesa do Senado Federal	20/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Aprovada pela Mesa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 909/2012	Requer, nos termos regimentais o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação aos demais.	Paulo Davim	20/11/2012
RQS 927/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2012 e o Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2012, passem a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, por regularem a mesma matéria.	Paulo Paim	20/11/2012
RQS 945/2012	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2012; 69, 214 (que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2010), 328, 334, 335, 364, 373, 618, de 2011; 303, de 2010; e do 145, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.	José Pimentel	20/11/2012

Deferida pela Mesa. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 744/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, acerca do processo de auditoria que investigou suposto favorecimento ao Laboratório Hipolabor e às empresas Sanval e Rhamis.	Randolfe Rodrigues	20/11/2012
RQS 759/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre o cumprimento, por parte da Agência Nacional de Águas - ANA, das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 2261/2011-TCU-Plenário, que se refere a auditoria para aferir a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil.	Aloysio Nunes Ferreira	20/11/2012
RQS 775/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, informações acerca da participação estrangeira no controle societário de empresas brasileiras de Segurança Privada.	Ciro Nogueira	20/11/2012
RQS 838/2012	Requer, considerando a competência exclusiva do Congresso Nacinal de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição, e nos termos do disposto no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Ana Amélia	20/11/2012
RQS 850/2012	Requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao senhor Ministro de Estado da Fazenda solicitação de informações sobre as medidas adotadas pela Receita Federal do Brasil para fiscalizar, apurar, notificar e cobrar imposto de renda incidente sobre quaisquer verbas pagas, a qualquer título (exceto subsídio mensal regular) aos juízes de direito, membros de todos os tribunais que compõem o Poder Judiciário, membros de todos os tribunais de contas e membros de todos os Poderes Legislativos.	Roberto Requião	20/11/2012
RQS 870/2012	Requer, nos termos do art. 50 combinado com o art. 70, da Constituição Federal e com o o Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União, no sítio do Acórdão 1781/2011 - Plenário, no sentido de que se manifeste sobre a proposta do Ministério da Integração Nacional acerca das necessidades de reestruturação da Secretaria Nacional de Defesa Civil, a fim de garantir atuação tempestiva e eficiente da secretaria na análise, acompanhamento e avaliação dos processos de transferência de recursos.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/11/2012
RQS 871/2012	Requer, nos termos do art. 50 combinado com o art. 70 da Constituição Federal e com o Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Casa Civil da Presidência da República sobre as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas União, no sitio do Acórdão 1781/2011 - Plenario, no senetido de que as análises efetuadas pelo Tribunal recomendam nova regulamentação para a Lei nº 12.340/2010.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Deferida pela Mesa. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 872/2012	Requer, nos termos do art. 50 combinado com o art. 70 da Constituição Federal e com o Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, referentes às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União, no sítio do Acórdão 1781/2011 - Plenário.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/11/2012
RQS 873/2012	Requer, nos termos do art. 50 combinado com o art. 70 da Constituição Federal e com o Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, referentes às fases e prazos para entrada em atividade do Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais e o alcance que a ele está sendo atribuído.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	20/11/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 923/2012	Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 670, de 2012, que ter por objetivo comemorar o centenário do nascimento do maestro Eleazar de Carvalho, para data a ser posteriormente marcada.	Inácio Arruda	06/11/2012
RQS 899/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 341, de 2012 e 752, de 2011.	Delcídio do Amaral	07/11/2012
RQS 900/2012	Solicita, nos termos do inciso II, alínea C, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I, do art. 99, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2009 (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 01/2009 e nº 452/2011), seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.	Armando Monteiro	07/11/2012
RQS 906/2012	Solicita que sobre o PLS 230/2012 seja ouvida, também, a CMA.	Ana Amélia	07/11/2012
RQS 907/2012	Solicita que sobre o PLS 230/2012 seja ouvida, também, a CAE.	Ana Amélia	07/11/2012
RQS 936/2012	Solicita que o PLS 220/2012-Complementar seja apreciado, também, pela CCJ.	Ricardo Ferraço	07/11/2012
RQS 937/2012	Solicita urgência para o PLC 32/2012	Comissão de Assuntos Econômicos	07/11/2012
RQS 940/2012	Aditamento ao Requerimento nº 31, de 2012, solicitando a antecipação da comemoração.	Inácio Arruda	07/11/2012
RQS 941/2012	Aditamento ao RQS 323/2012 e RQS 726/2012, solicitando a remarcação da comemoração.	Flexa Ribeiro	07/11/2012
RQS 886/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado ao artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para chefiar delegação em viagem à China, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil.	Flexa Ribeiro	08/11/2012
RQS 893/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, atendendo ao convite do embaixador da República Popular da China, a fim de participar da delegação que representará o Senado em viagem àquele País.	Cícero Lucena	08/11/2012
RQS 904/2012	Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 26 de novembro de 2012, a fim de participar de Missão Parlamentar na República Popular da China, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Aloysio Nunes Ferreira	08/11/2012
RQS 905/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, a fim de integrar delegação em viagem à República Popular da China.	Jarbas Vasconcelos	08/11/2012
RQS 911/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China.	Casildo Maldaner	08/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 921/2012	Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, com ônus para esta Casa, para ausentar-se do país no período de 14 a 26 de novembro de 2012, para, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil, participar da delegação em viagem à China.	Lobão Filho	08/11/2012
RQS 932/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 14 a 26 de novembro de 2012, quando estará participando de Missão Parlamentar à República Popular da China.	Vanessa Grazziotin	08/11/2012
RQS 951/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, em missão no exterior, na primeira reunião do Mecanismo de Estados Membros (MSM) para controle e prevenção de medicamentos falsificados (SSFFC), que se realizará nos dias 19 e 21 de novembro de 2012, na cidade de Buenos Aires, Argentina; e comunica que, nos termos do art. 39, do RISF, estará ausente do País no mesmo período.	Humberto Costa	13/11/2012
RQS 953/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar delegação do Grupo Parlamentar Brasil-China, em visita à República Popular da China.	José Agripino	13/11/2012
RQS 956/2012	Requer, nos termos do art 40, combinado com o art. 13 do RISF, com a redação dada pela Resolução nº 37/1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação da requerente, por designação do Presidente do Senado Federal, José Sarney, nos dias 25 a 27 de novembro do corrente, do evento "La agenda de los derechos en transformación, buenas practicas y contribuciones le las mujeres en los Parlamentos ", organizado pelo Parlamento Latino-Americano, juntamente com entidades da ONU e o Grupo Parlamentar Latino-Americano sobre População e Desenvolvimento, a realizar-se da Cidade do Panamá, Panamá. Para efeito do disposto no art. 39, comunica que estará ausente do País no período de 24 a 27 de novembro de 2012.	Ana Amélia	13/11/2012
RQS 961/2012	Requerem prorrogação, até 22 de dezembro de 2013, do prazo da Comissão Externa destinada a acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco.	Vital do Rêgo	13/11/2012
RQS 924/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLS nº 55/2010 com o PLS nº 209/2012 (que tramita em conjunto com o PLC nº 85, de 2009)	Cyro Miranda	14/11/2012
RQS 966/2012	Requer, nos termos art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, para verificar a situação de missionários brasileiros detidos no Senegal. Informa, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que se ausentará do País e dos trabalhos da Casa no período de 20 a 24 de novembro de 2012.	Magno Malta	14/11/2012
RQS 980/2012	Requer, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da segunda edição do InfraBrasiL Expo Summit, evento que ocorrerá nos dias 28 e 29 de janeiro de 2013, no WCT Convention Center, na cidade de São Paulo.	Walter Pinheiro	20/11/2012
RQS 981/2012	Requerem, nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, a realização de sessão do Senado no dia 11 de dezembro de 2012, às 11 horas, para entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara aos agraciados da 3º premiação.	Inácio Arruda	20/11/2012
RQS 986/2012	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, na qualidade de observadora parlamentar, do encontro da União Interparlamentar e da ONU, a realizar-se nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012, na cidade de Nova Iorque, EUA, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País 5 a 9 de dezembro de 2012.	Ana Amélia	20/11/2012
RQS 987/2012	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 129, de 2012, de autoria da CPI que apurou suposta irregularidades do ECAD.	Lideranças Partidárias e Mesa	20/11/2012
RQS 995/2012	Requer, nos termos do art. 13, c/c o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no dia 3 de dezembro de 2012, para desempenho de missão de representação na cidade de Natal - RN, oportunidade em que estará participando de Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas (CPI - TRAFICPES), criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.	Lídice da Mata	21/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 996/2012	Requer, nos termos do art. 13, c/c o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2012, para desempenho de missão de representação na cidade de Salvador - BA, quando participará de Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas (CPI - TRAFICPES).	Lídice da Mata	21/11/2012
RQS 1005/2012	Requer, em aditamento ao RQS nº 19, de 2012, Sessão Especial em homenagem aos 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, com data para o dia 17 de dezembro de 2012.	Vanessa Grazziotin	27/11/2012
RQS 1008/2012	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de dezembro de 2012, com fim de representar o Senado, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no Seminário "Os Portugues no Brasil e na América do Sul - Novos Desafios", a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 6 de dezembro de 2012.	Roberto Requião	27/11/2012
RQS 1009/2012	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 904, de 2012, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, que seja estendida até o dia 27/11/2012, inclusive, a autorização para participar da Missão Parlamentar à República Popular da China. Ademais, requer que seja também justificada a ausência aos trabalhos do dia 27/11/2012 e, nos termos do art. 39, I do Regimento Interno, comunica que estará ausente do País.	Aloysio Nunes Ferreira	27/11/2012
RQS 1016/2012	Requer que seja quadruplicado o prazo para conclusão dos trabalhos referentes à reforma do Código de Defesa do Consumidor. (PLS 281, 282 e 283/2012)	Rodrigo Rollemberg	27/11/2012
RQS 1001/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2012, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial.	José Pimentel	28/11/2012
RQS 1002/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PDS 538/2012, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão constante do despacho inicial.	José Pimentel	28/11/2012
RQS 1020/2012	Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Tribunal de Contas da União relativas à arrecadação direta de contribuições realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai e pelo Serviço Social da Indústria - Sesi junto às empresas nos cinco últimos exercícios.	Alvaro Dias	28/11/2012
RQS 1021/2012	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 1.004/2012, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 06 de dezembro do corrente ano, para participar da Décima Oitava Sessão da Conferência dsa Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clina. Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do país no mesmo período.	Antonio Carlos Valadares	28/11/2012
RQS 1022/2012	Requer aditamento ao Requerimento nº 702, de 2012, com a finalidade de ampliar em 04 (quatro) vagas, o rol dos membros da Comissão de Juristas para elaboração de anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação.	Renan Calheiros	28/11/2012
RQS 1024/2012	Requer, com fundamento no art. 13 e no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em diligência da CPMI da Violência Contra a Mulher na cidade de Belém, no Estado do Pará, no dia 6 de dezembro de 2012, e de Audiência Pública dessa CPMI no dia 7 de dezembro de 2012, a realizar-se na Assembléia Legislativa do Pará.	Ana Rita	28/11/2012
RQS 1025/2012	Requer, com fundamento nos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos Casa para participar de diligência da CPMI da Violência contra a Mulher na cidade de Boa Vista - RR, no dia 10 de dezembro de 2012.	Ana Rita	28/11/2012
RQS 1033/2012	Requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº. 253, de 2009.	Lideranças Partidárias e Mesa	28/11/2012
RQS 1034/2012	Requer, com fundamento no § 4º do art. 118 do RISF, a suspensão do prazo para apresentação de emendas ao PLS 236/2012.	Ana Rita	28/11/2012
RQS 1035/2012	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do RISF, autorização para desempenhar missão no exterior como representante do Senado Federal, no dia 1º de dezembro de 2012, para participar da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, na Cidade do Panamá. Comunica, ainda, que estará ausente do País de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2012, para desempenho da missão.	Eduardo Suplicy	28/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 930/2012	Requer, nos termos dos artigos 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja constituída Comissão Temporária, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País, com prazo de funcionamento de noventa dias, para acompanhar a crise na Federação Paraense de Futebol.	Mário Couto	28/11/2012

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 925/2012	Aditamento aos Requerimentos nºs 891 e 896, de 2012.	Antonio Carlos Valadares	01/11/2012
RQS 928/2012	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal, conforme designação do Presidente José Sarney, na agenda do Governo do Estado do Acre, em Washington/DC, nos Estados Unidos da América do Norte, quando participará, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, do "Foro Malaria em Las Américas 2012: La ruta para sostener el impacto e ir hacia la eliminacion", evento promovido pelo Programa Regional contra a Malária da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, em coordenação com o Centro Mundial para a Saúde da Universidade George Washington, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012.	Anibal Diniz	05/11/2012
RQS 952/2012	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 12 de novembro de 2012, para desempenho de missão de representação em Salvador - BA, quando participará de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas.	Paulo Davim	12/11/2012
RQS 1004/2012	Requer, nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 28 de novembro a 06 de dezembro de 2012, para participar, como membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da COP-18 - Décima Oitava Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima, a ser realizada no período de 26 de novembro a 07 de dezembro de 2012, em Doha, Qatar. Comunica, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estará ausente do País no ériodo de 28 de novembro a 06 de dezembro de 2012.	Antonio Carlos Valadares	22/11/2012
RQS 933/2012	Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação que irá representar o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), à realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.	Walter Pinheiro	22/11/2012
RQS 934/2012	Requer, nos termos do art. 39 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), como representante desta Casa, a realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.	Cícero Lucena	22/11/2012
RQS 939/2012	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 9 de dezembro do corrente ano, quando participará como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas da COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, em Doha, Qatar.	Sérgio Souza	22/11/2012
RQS 942/2012	Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012, com vistas a participar, como mebro da delegação oficial da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Qatar.	Jorge Viana	22/11/2012
RQS 943/2012	Requer, nos termos do art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para a Casa, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlatino, da Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, república do Panamá.	Cícero Lucena	22/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 944/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, na República do Panamá.	Flexa Ribeiro	22/11/2012
RQS 967/2012	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 10, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro de 2012, para participar da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), nos termos do requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	Anibal Diniz	22/11/2012
RQS 978/2012	Requer, nos termos do art. 55, inciso III da Constituição Federal, c/c os arts. 39 e 40, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 04 a 08 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, da Audiência Parlamentar Anual da sede das Nações Unidas, que se realizará na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos.	Cícero Lucena	22/11/2012
RQS 1007/2012	Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, a fim de representar o Senado Federal na 7ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Humanidade, a realizar-se no dia 5 dezembro de 2012, em Paris, França, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 4 a 7 de dezembro de 2012.	Humberto Costa	30/11/2012

Encaminhada pela Presidência. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 929/2012	Requer, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do juiz federal Antônio Corrêa, com a devida apresentação de condolência à família.	Tomás Correia	06/11/2012
RQS 935/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do General Ítalo Conti.	Alvaro Dias	07/11/2012
RQS 969/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Atlético Rio Negro Clube em homenagem aos noventa e nove anos de sua fundação.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 970/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à tenente Joyce de Souza Conceição por ser a primeira mulher piloto militar no Brasil apta a comandar uma aeronave C-130 Hércules.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 971/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Amazonas - AEAEA por ocasião da comemoração ao Dia do Engenheiro Agrônomo.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 972/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas - SINTEAM por ocasião da comemoração ao Dia do Professor.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 973/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Conselho Regional de Odontologia do Estado do Amazonas - CRO-AM por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Dentista.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 974/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Associação dos Nordestinos no Amazonas em homenagem ao Dia do Nordestino.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 975/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Federação Desportiva de Atletismo do Estado do Amazonas - FEDAEAM em homenagem ao Dia do Atletismo.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012
RQS 976/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Academia Amazonense de Letras por ocasião da comemoração do Dia do Poeta.	Vanessa Grazziotin	14/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 985/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do médico José Justino Filgueiras Alves Pereira, ocorrido em Londrina, no Paraná.	Alvaro Dias	20/11/2012
RQS 1003/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações à artista plástica japonesa naturalizada brasileira Tomie Ohtake pelo seu aniversário de 99 anos e aos seus dois filhos, Ricardo Ohtake e Ruy Ohtake, pelas importantes contribuições que têm dado ao Brasil.	Eduardo Suplicy	21/11/2012
RQS 1006/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Sérgio Miranda de Matos Brito, ocorrido no dia 26 de novembro de 2012.	Paulo Paim	26/11/2012
RQS 1010/2012	Requer, nos termo do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso, aos estudantes paraenses Djavan Valentim da Paixão e Renata Lopes de Holanda, os vitoriosos nacionais do desafio Sebrae 2012.	Flexa Ribeiro	27/11/2012
RQS 1011/2012	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento do professor e poeta paraense Emir Hermes Bemerguy, ocorrido no dia 13 de novembro de 2012. Requer ainda que sejam apresentadas condolências à família e que o voto seja encaminhado ao Presidente da Academia de Letras e Artes de Santarém.	Flexa Ribeiro	27/11/2012
RQS 1015/2012	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Deputado Federal Sérgio Miranda.	Inácio Arruda	27/11/2012
RQS 1018/2012	Requer, nos termos do art. 218, inciso II, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado Sérgio Miranda de Matos Brito, ocorrido na última segunda-feira, dia 26.	Eduardo Suplicy	27/11/2012
RQS 1019/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Sérgio Miranda, e apresentação de condolências a família.	Acir Gurgacz	27/11/2012
RQS 1037/2012	Requer, nos termos dos arts. 218, VII, e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista, apresentador e comentarista do Jornal da Band Joelmir Beting.	Eduardo Suplicy	29/11/2012
RQS 1041/2012	Requer, nos termos dos arts. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à Rede Bandeirantes e aos familiares do jornalista Joelmir Beting, falecido no dia 29 de novembro de 2012, aos 75 anos.	Ana Amélia	29/11/2012
RQS 1042/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Joelmir Beting, ocorrido no dia 29 de novembro de 2012.	Alvaro Dias	29/11/2012
RQS 1043/2012	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Senhor Sérgio Miranda.	Vanessa Grazziotin	29/11/2012
RQS 1044/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Sra. Dalva Maria Carvalho Mendes, capitão-de-mar-e-guerra, por ter sido promovida a primeira mulher oficial general das Forças Armadas no Brasil.	Vanessa Grazziotin	29/11/2012

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 931/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações e aplauso pelo aniversário de 56 anos de Criação do Batalhão Suez.	Cássio Cunha Lima	06/11/2012

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 786/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", nº 12, do RISF, a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o PLC nº 87/2011 que tramita em conjunto com o PLS nº 329/2011.	Ana Rita	07/11/2012

Matéria: Requerimento. Total: 97

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 959/2012	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2012.	Cássio Cunha Lima	13/11/2012
RQS 1012/2012	Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2011.	Casildo Maldaner	27/11/2012

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1023/2012	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso II, ambos do RISF, tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011-Complementar.(tramitando em conjunto com os PLS 289, 744 e 761/2011; e 35, 89, 100 e 114/2012, todos complementares)	Eduardo Braga	28/11/2012

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1017/2012	Requer, com base nos arts. 336, II e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a apeciação da indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior (Ofício nº S/5, de 2012) para conpor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Walter Pinheiro	27/11/2012

Matéria: Requerimento de Licença. Total: 67

Arts. 13; 40 (sem ônus); 43, I; e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
579/2012-M	Jorge Viana	13	05.11 a 10.11	Atividade Parlamentar
580/2012-M	Ana Rita	13	01.11	Atividade Parlamentar
581/2012-M	Acir Gurgacz	40 (sem ônus)	02.11 a 14.11	Missão
582/2012-M	Eduardo Lopes	13	06.11	Atividade Parlamentar
583/2012-M	Ciro Nogueira	13	06.11	Atividade Parlamentar
584/2012-M	João Ribeiro	43, I	07.11 a 14.11	Licença Saúde
585/2012-M	Delcídio do Amaral	13	06.11	Atividade Parlamentar
586/2012-M	Fernando Collor	13	06.11	Atividade Parlamentear
587/2012-M	Renan Calheiros	13	06.11	Atividade Parlamentar
588/2012-M	João Capiberibe	13	08.11	Atividade Parlamentar
589/2012-M	João Capiberibe	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
590/2012-M	Ciro Nogueira	13	08.11 a 19.11	Atividade Parlamentar
591/2012-M	Marco Antônio Costa	13	08.11	Atividade Parlamentar
592/2012-M	Magno Malta	13	08.11	Atividade Parlamentar
593/2012-M	Clésio Andrade	13	08.11	Atividade Parlamentar
594/2012-M	Renan Calheiros	13	08.11	Atividade Parlamentar
595/2012-M	João Durval	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
596/2012-M	Paulo Bauer	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
597/2012-M	Paulo Paim	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
598/2012-M	Garibaldi Alves	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
599/2012-M	Jayme Campos	13	13.11	Atividade Parlamentar
600/2012-M	Marco Antônio Costa	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
601/2012-M	Antônio Carlos Rodrigues	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
602/2012-M	Ana Rita	13	08.11	Atividade Parlamentar
603/2012-M	Jorge Viana	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
604/2012-M	Mário Couto	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
605/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	13.11	Atividade Parlamentar
606/2012-M	Jader Barbalho	13	13.11 e 14.11	Atividade Parlamentar
607/2012-M	Aécio Neves	13	13.11	Atividade Parlamentar
608/2012-M	Fernando Collor	43, II	17.11 a 26.11	Licença Particular
609/2012-M	Paulo Davim	13	14.11	Atividade Parlamentar
610/2012-M	Armando Monteiro	13	14.11	Atividade Parlamentar
611/2012-M	Jayme Campos	13	14.11	Atividade Parlamentar
612/2012-M	Vital do Rêgo	13	14.11	Atividade Parlamentar
613/2012-M	Clésio Andrade	13	14.11	Atividade Parlamentar
614/2012-M	Aécio Neves	13	14.11	Atividade Parlamentar
615/2012-M	Maria do Carmo Alves	13	14.11	Atividade Parlamentar
616/2012-M	Pedro Simon	43, I	13.11 e 14.11	Licença Saúde
617/2012-M	João Vicente Claudino	13	21.11 e 22.11	Atividade Parlamentar
618/2012-M	Eduardo Lopes	13	20.11	Atividade Parlamentar
619/2012-M	Waldemir Moka	43, II	20.11	Licença Particular
620/2012-M	Benedito de Lira	13	20.11	Atividade Parlamentar
621/2012-M	Garibaldi Alves	43, I	19.11 a 25.11	Licença Saúde
622/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	19.11 a 23.11	Licença Saúde
623/2012-M	Clésio Andrade	13	20.11	Atividade Parlamentar
624/2012-M	Renan Calheiros	13	20.11	Atividade Parlamentar
625/2012-M	Luiz Henrique da Silveira	13	22.11	Atividade Parlamentar
626/2012-M	Delcídio do Amaral	13	22.11	Atividade Parlamentar
627/2012-M	Francisco Dornelles	13	22.11	Atividade Parlamentar
628/2012-M	Ciro Nogueira	13	22.11	Atividade Parlamentar
629/2012-M	Valdir Raupp	13	22.11	Atividade Parlamentar
630/2012-M	Renan Calheiros	13	22.11	Atividade Parlamentar
631/2012-M	Cristovam Buarque	13	26.11 e 27.11	Atividade Parlamentar
632/2012-M	João Ribeiro	43, I	22.11 e 23.11	Licença Saúde
633/2012-M	Garibaldi Alves	13	27.11 a 29.11	Atividade Parlamentar
634/2012-M	Antônio Russo	43, I	14.11 a 23.11	Licença Saúde
635/2012-M	Vanessa Grazziotin	13	27.11	Atividade Parlamentar
636/2012-M	Jader Barbalho	13	27.11 a 29.11	Atividade Parlamentar
637/2012-M	José Agripino	13	29.11	Atividade Parlamentar
638/2012-M	Vital do Rêgo	13	29.11	Atividade Parlamentar
639/2012-M	Renan Calheiros	13	27.11	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
640/2012-M	Luiz Henrique da Silveira	13	29.11	Atividade Parlamentar
641/2012-M	Marco Antônio Costa	13	29.11	Atividade Parlamentar
642/2012-M	Valdir Raupp	13	29.11	Atividade Parlamentar
643/2012-M	Ricardo Ferraço	13	28.11.	Atividade Parlamentar
644/2012-M	Epitácio Cafeteira	43, I	28.11 e 29.11	Licença Saúde
645/2012-M	Clésio Andrade	13	29.11	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 30/11/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional
01 a 30/11/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Conjunta Solene	03
Total	**04**

Quadro Geral de Matérias

Lidas	Quantidade
Vetos totais	006
Vetos parciais	629
Total	**635**

Resenha Consolidada
02/02 a 30/11/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	06
Conjunta Solene	18
Total	**24**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	05
PRN (aprovado)	01
Retificações (aprovadas)	03
Total	**09**

Sessões Realizadas
01 a 30/11/2012

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	05/11/2012, às 18 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a homenagear o centenário de falecimento de Marquês de Paranaguá.
Conjunta	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min. (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Conjunta Solene	19/11/2012, às 18h30min (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o centenário de nascimento de Augusto do Prado Franco.
Conjunta Solene	29/11/2012, às 12h (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 71, de 2012, que "Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura".

Matérias
01 a 30/11/2012

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
146/2011-CN (nº 593/2011, na origem)	PLS nº 91/2011 (nº 1.669/2011, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 37/2011	Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre, do Estado do Pará e do Estado do Amazonas.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total
1/2012-CN (nº 2/2012, na origem)	PLC nº 166/2010 (PL nº 694/1995, na Casa de origem) Veto Parcial nº 1/2012	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 05 Veto Parcial
3/2012-CN (nº 7/2012, na origem)	PLS nº 618/2007 (nº 6.822/2010, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 2/2012	Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total
4/2012-CN (nº 8/2012, na origem)	PLS nº 121/2007-Complementar (nº 306/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 3/2012	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 21 Veto Parcial
5/2012-CN (nº 10/2012, na origem)	PLS nº 290/2001 (nº 6.906/2002, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 4/2012	Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 08 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
6/2012-CN (nº 11/2012, na origem)	PLC nº 112/2007 (PL nº 6.846/2002, na Casa de origem) Veto Parcial nº 5/2012	Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 05 Veto Parcial
7/2012-CN (nº 12/2012, na origem)	PL nº 29/2011-CN Veto Parcial nº 6/2012	Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 20 Veto Parcial
8/2012-CN (nº 13/2012, na origem)	PLC nº 134/2009 (PL nº 1.627/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 7/2012	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 08 Veto Parcial
9/2012-CN (nº 15/2012, na origem)	PL nº 12/2011-CN Veto Total nº 8/2012	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 152.034.427,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total
15/2012-CN (nº 67/2012, na origem)	PLC nº 28/2010 (PL nº 774/2007, na Casa de origem) Veto Total nº 9/2012	Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
21/2012-CN (nº 93/2012, na origem)	PLV nº 1/2012 (oriundo da MP nº 546/2011) Veto Parcial nº 10/2012	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera o art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
22/2012-CN (nº 98/2012, na origem)	PLV nº 3/2012 (oriundo da MP nº 545/2011) Veto Parcial nº 11/2012	Altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 02 Veto Parcial
28/2012-CN (nº 77/2012, na origem)	PLS nº 219/2003 (nº 7.803/2010, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 12/2012	Altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
34/2012-CN (nº 150/2012, na origem)	PLC nº 2/2012 (PL nº 1.992/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 13/2012	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 03 Veto Parcial
35/2012-CN (nº 151/2012, na origem)	PLC nº 319/2009 (PL nº 99/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 14/2012	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 21 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
43/2012-CN (nº 202/2012, na origem)	PLV nº 7/2012 (oriundo da MP nº 549/2011) Veto Parcial nº 15/2012	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 12 Veto Parcial
46/2012-CN (nº 212/2012, na origem)	PLC nº 30/2011 (PL nº 1.876/1999, na Casa de origem) Veto Parcial nº 16/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 35 Veto Parcial
60/2012-CN (nº 241/2012, na origem)	PLC nº 10/2012 (PL nº 2.330/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 17/2012	Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 15 Veto Parcial
61/2012-CN (nº 243/2012, na origem)	PLS nº 132/2011 (nº 1.812/2011, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 18/2012	Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
62/2012-CN (nº 251/2012, na origem)	PLC nº 1/2009 (PL nº 275/2007, na Casa de origem) Veto Total nº 19/2012	Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
63/2012-CN (nº 253/2012, na origem)	PLS nº 448/2009 (nº 7.173/2010, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 20/2012	Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para determinar, no caso do transporte de produtos perigosos, a observância de legislação federal específica.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
72/2012-CN (nº 313/2012, na origem)	PLC nº 11/2007 (PL nº 1.532/1999, na Casa de origem) Veto Parcial nº 21/2012	Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 05 Veto Parcial
73/2012-CN (nº 324/2012, na origem)	PLC nº 53/2011 (PL nº 1.186/2007, na Casa de origem) Veto Total nº 22/2012	Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício de seguro-desemprego durante o período de defeso da espécie.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Total
74/2012-CN (nº 329/2012, na origem)	PLV nº 13/2012 (oriundo da MP nº 559/2012) Veto Parcial nº 23/2012	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg D); institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies); altera as Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.651, de 7 de abril de 2008, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 12.429, de 20 de junho de 2011, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 12 Veto Parcial
76/2012-CN (nº 330/2012, na origem)	PLC nº 3/2005 (PL nº 1.089/2003, na Casa de origem) Veto Parcial nº 24/2012	Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário; e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 03 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
77/2012-CN (nº 331/2012, na origem)	PLC nº 131/2008 (PL nº 4.622/2004, na Casa de origem) Veto Parcial nº 25/2012	Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 15 Veto Parcial
78/2012-CN (nº 340/2012, na origem)	PLS nº 10/2006 (nº 7.329/2006, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 26/2012	Altera os arts. 32 e 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
79/2012-CN (nº 341/2012, na origem)	PLV nº 15/2012 (oriundo da MP nº 561/2012) Veto Parcial nº 27/2012	Altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 11.941, de 27 de maio de 2009.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 02 Veto Parcial
80/2012-CN (nº 342/2012, na origem)	PLC nº 3/2010 (PL nº 2.057/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 28/2012	Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
81/2012-CN (nº 344/2012, na origem)	PLS nº 278/2009 (nº 3.754/2012, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 29/2012	Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
85/2012-CN (nº 357/2012, na origem)	PLC nº 50/2012 (PL nº 2.844/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 30/2012	Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 02 Veto Parcial
88/2012-CN (nº 371/2012, na origem)	PL nº 3/2012-CN Veto Parcial nº 31/2012	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 314 Veto Parcial
90/2012-CN (nº 385/2012, na origem)	PLC nº 180/2008 (PL nº 73/1999, na Casa de origem) Veto Parcial nº 32/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 02 Veto Parcial
92/2012-CN (nº 388/2012, na origem)	PLV nº 19/2012 (oriundo da MP nº 564/2012) Veto Parcial nº 33/2012	Altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.453, de 21 de julho de 2011, para conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 7.972, de 22 de dezembro de 1989, 12.666, de 14 de junho de 2012, 10.260, de 12 de julho de 2001, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.849, de 23 de março de 2004, e 6.704, de 26 de outubro de 1979, as Medidas Provisórias nºs 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre financiamento às exportações indiretas; autoriza a União a aumentar o capital social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e do Banco da Amazônia S.A.; autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; autoriza a União a conceder subvenção econômica nas operações de crédito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE; autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto; revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.545, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 05 Veto Parcial

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
97/2012-CN (nº 411/2012, na origem)	PLV nº 18/2012 (oriundo da MP nº 563/2012) Veto Parcial nº 34/2012	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 76 Veto Parcial
101/2012-CN (nº 424/2012, na origem)	PLV nº 20/2012 (oriundo da MP nº 565/2012) Veto Parcial nº 35/2012	Altera as Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 21 Veto Parcial
107/2012-CN (nº 448/2012, na origem)	PLC nº 11/2012 (PL nº 6.316/2009, na Casa de origem) Veto Parcial nº 36/2012	Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem importação ao desamparo de guia de importação.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 01 Veto Parcial
138/2012-CN (nº 484/2012, na origem)	PLV nº 21/2012 (oriundo da MP nº 571/2012) Veto Parcial nº 37/2012	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	Iniciada em 07/11/2012, às 13h14min, suspensa às 13h22min – reaberta às 20h34min, suspensa às 20h38min – reaberta em 08/11/2012, às 13h05min, suspensa às 13h08min – reaberta às 13h17min, encerrada às 13h44min.	Lido Total - 09 Veto Parcial

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 30/11/2012

Nº	Assunto
47/2012 (public. no DOU de 12/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 580, de 14 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2012, que "Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
48/2012 (public. no DOU de 12/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
49/2012 (public. no DOU de 12/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2012, que "Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
50/2012 (public. no DOU de 14/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de novembro do corrente ano.
51/2012 (public. no DOU de 29/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 583, de 10 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
52/2012 (public. no DOU de 29/11/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 584, de 10 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Dispõe sobre medidas tributárias à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/11/2012

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
513/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 577, de 2012, que "Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 88 (oitenta e oito) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 38, de 2012-CN, que conclui pelo PLV n° 29, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
512/2012-CN	Senhora Maria do Socorro de Santa Brígida Dias Santos – Diretora da Secretaria de Arquivo do Senado Federal	Encaminha, para o arquivo do Senado Federal, autógrafo da Emenda Constitucional n° 71, promulgada em 29 de novembro do corrente ano e publicada nos Diários Oficial da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do dia 30 de novembro de 2012.
511/2012-CN	Senhor Jaime Antunes da Silva – Diretor-Geral do Arquivo Nacional	Encaminha, para o Arquivo Nacional, autógrafo da Emenda Constitucional n° 71, promulgada em 29 de novembro do corrente ano e publicada nos Diários Oficial da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do dia 30 de novembro de 2012.
510/2012-CN	Ministro Joaquim Barbosa – Presidente do STF	Encaminha, para o arquivo do Supremo Tribunal Federal, autógrafo da Emenda Constitucional n° 71, promulgada em 29 de novembro do corrente ano e publicada nos Diários Oficial da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do dia 30 de novembro de 2012.
509/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, para o arquivo da Câmara dos Deputados, autógrafo da Emenda Constitucional n° 71, promulgada em 29 de novembro do corrente ano e publicada nos Diários Oficial da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do dia 30 de novembro de 2012.
508/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 47, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, referente à Emenda Constitucional n° 71, promulgada em 29 de novembro do corrente ano.
507/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução n° 1, de 2002-CN, que foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da Republica o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012 (Medida Provisória n° 576, de 2012) aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 28 de novembro do corrente ano, que "Altera as Leis nºs 10,233, de 5 de junho de 2001, e 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008".
506/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem nº 46, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2012, que "Altera as Leis nºs 10,233, de 5 de junho de 2001, e 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008".
505/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 585, de 2012, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País". À Medida foram oferecidas 19 (dezenove) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer n° 37, de 2012·CN, que conclui pelo PLV nº 28, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
504/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emenda, o Projeto de Lei de Conversão n° 25, de 2012 (Medida Provisória nº 575, de 2012), que "Altera as Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências". Restitui, nos termos do § 6° do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da matéria com a referida emenda, para exame dessa Casa.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
503/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados o cancelamento, por solicitação de lideranças, da sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para 28 de novembro de 2012, às doze horas e trinta minutos, convocando nova sessão conjunta para terça-feira, dia 4 de dezembro, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a mesma ordem do dia.
502/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.312-GP-TCU, de 2012, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia da instrução emitida no processo nº TC-019.201/2007-0, em atendimento à decisão proferida no Acórdão-TCU-Plenário n° 783/2006. A matéria, publicada no DSF de 27 de novembro do corrente ano, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
501/2012-CN	Ministro Ricardo Lewandowski – Ministro do STF	Encaminha, em atenção ao Ofício nº 8103/R, de 12 de novembro de 2012, cópia do Ofício n° 58, de 2012, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, encaminhando informações sobre emendas parlamentares, referentes ao Inquérito Civil 3.527 - Distrito Federal.
500/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 28 de novembro de 2012, às doze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.
499/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 578, de 2012, que "Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI". À Medida foram oferecidas 35 (trinta e cinco) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 36, de 2012-CN, que conclui pelo PLV n° 27, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
498/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 584, de 2012, que "Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016". À Medida Foram oferecidas 64 (sessenta e quatro) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 35, de 2012-CN, que conclui pelo PLV nº 26, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
497/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente ela República, nos termos do art. 67 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Mensagem nº 144, de 2012-CN (n° 513/2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2012, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em anexo, encaminha calendário para a tramitação da matéria.
496/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 13 de novembro de 2012, e publicou, no dia 14 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória n° 589, de 2012, que "Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Nos termos dos arts. 2° e 3° da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federa! realizada no dia 16 de novembro de 2012.
495/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 583, de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que especifica". À Medida foram oferecidas 9 (nove) emendas e a CMO emitiu o Parecer nº 34, de 2012-CN, que conclui pela aprovação da matéria. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
494/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na Sessão do Senado Federal de 20 de novembro de 2012, o Oficio n° 404/2012/CMO, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando alteração do calendário de tramitação do Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN. Em anexo, encaminha o novo cronograma.
493/2012-CN	Dep. Assis Carvalho – Presidente da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MPV 575/2012	Encaminha esclarecimentos em atenção ao Ofício nº 002/MPV575-2012 em que V. Exa. encaminha trecho dos registros taquigráficos da 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 575/2012, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", no qual consta consulta formulada pelo Deputado Eduardo Cunha quanto à participação de Líder no processo de votação em Comissão Mista. O art. 50 do Regimento Comum dispõe que o líder, com exclusividade, tem a atribuição de apresentar requerimentos de preferência e de destaque em sessão conjunta do Congresso Nacional, composta da totalidade dos parlamentares, deputados e senadores. Aplicá-lo ao funcionamento das Comissões Mistas, no entanto, implicaria impor aos seus membros a completa perda do exercício do direito de apresentação de requerimentos de preferência e de destaque. Ademais, processualmente, tais requerimentos, assim como os requerimentos de verificação de votação, são instrumentos procedimentais inerentes ao próprio processo de votação, dos quais, portanto, só tomam parte os parlamentares integrantes do respectivo colegiado, sob pena de se mitigar o direito ao devido processo legislativo dos parlamentares integrantes da comissão.
492/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício n° 055, de 2012, do Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 2° do art. 4° do Regimento Comum, o Deputado Cláudio Puty, para a função de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
491/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro-Relator José Jorge, do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 003/2012 – Gab.Min.JJ - TCU, de 2012, na origem, informando que neste exercício de 2012 serão utilizadas as informações do Relatório de Gestão para a elaboração do Relatório de Contas da Presidente da República, com a ressalva de que informações adicionais poderão ser solicitadas por aquele Tribunal para subsidiar o exame das referidas contas. A matéria, publicada no Diário do Senado Federal de 17 de novembro de 2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
490/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica à Câmara dos Deputados, que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3° do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 29 de novembro do corrente, quinta-feira, às doze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 71, de 2012, que "Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura".
489/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 12 de·novembro de 2012, e publicou, no dia 13 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 588, de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Credito, no valor de R$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica". Nos termos do disposto no § 6° do art. 2° da Resolução n° 1, de 2002-CN, a matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas. Em anexo, encaminha, para conhecimento, o calendário para a tramitação da matéria, nos termos do § 7º do art. 2° da citada Resolução.
488/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da Republica adotou, em 9 de novembro de 2012, e publicou, em Edição Extra, no dia 12 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 587, de 2012, que "Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei n° 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004". Nos termos dos arts. 2° e 3° da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução n° 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 14 de novembro de 2012.
487/2012-CN	Ministro Luiz Fux – Ministro do STF	Comunica que foram encaminhadas cópias dos Ofícios nºs 8.070/R 8.072/R, de 2012, de Vossa Excelência, referentes, respectivamente, aos Mandados de Segurança nºs 31593 e 31627, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
486/2012-CN	Dep. Paulo Pimenta – Presidente da CMO	Encaminha os Ofícios nºs 8.070/R 8.072/R, de 2012, do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux, referentes, respectivamente, aos Mandados de Segurança nºs 31593 e 31627.
485/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha cópias dos Ofícios nºs 8.070/R 8.072/R, de 2012, do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux, referentes, respectivamente, aos Mandados de Segurança nºs 31593 e 31627.
484/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ofício n° 54, de 2012-CN (n° 929/2012-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos ternos do art. 1º, § 6°, da Lei n° 11.948, de 16 de junho de 2009, e do art. 1°, § 8°, da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012. A matéria, publicada no Diário do Senado Federal de 8 de novembro do corrente ano, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em anexo, encaminha calendário para a tramitação da matéria.
483/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 147/PRESI-APO, de 2012, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica (APO), no 1° semestre de 2012. O expediente foi autuado da seguinte forma: - Ofício nº 55/2012-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e será publicado no Diário do Senado Federal de 13 de novembro do corrente; e - Ofício "S" nº 25, de 2012, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Em anexo, encaminha calendário para a tramitação da matéria.
482/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 8 de novembro de 2012, e publicou, no dia 9 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória n° 586, de 2012, que "Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providencias". Nos termos dos arts. 2° e 3° da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, conforme relação anexa, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 13 de novembro do corrente ano.
481/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32, o processado da Medida Provisória nº 575, de 2012, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública". À Medida foram oferecidas 99 (noventa e nove) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 33, de 2012-CN, que conclui pelo PLV n° 25, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
480/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de dezembro do corrente, sexta-feira, às quatorze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o ex-Reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, por sua trajetória de vida e pela luta para o aperfeiçoamento da educação superior no Brasil.
479/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 (CN), expirou, no dia 9 de novembro do corrente ano, o prazo integral de vigência da Medida Provisória n° 574, de 28 de junho de 2012, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Publico - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1° da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona."
478/2012-CN	Senhora Gleisi Helena Hoffmann - Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República	Encaminha a Mensagem n° 45, de 2012 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, participando que a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, que Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Publico - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1° da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de novembro do corrente ano.
477/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32, o processado da Medida Provisória nº 580, de 2012, que "Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa publica Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e n° 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 29 (vinte e nove) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer n° 32, de 2012-CN, que conclui pelo PLV n° 24, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
476/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu requerimento solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n° 1, de 2012, do Congresso Nacional, destinada a "investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Policia Federal, nos termos que especifica". O requerimento contém o número regimental de subscritores e está publicado no Diário do Senado Federal de 2 de novembro do corrente ano.
475/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8° do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 576, de 2012, que "Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências". À Medida foram oferecidas 62 (sessenta e duas) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer n° 30, de 2012-CN, que conclui pelo PLV nº 23, de 2012. Esclarece que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.
474/2012-CN	Ministro Carlos Ayres Britto – Presidente do CNJ	Encaminha cópia do Of. nº 2015/SGM/P/2012, do Presidente da Câmara dos Deputados, que informa o encaminhamento do Parecer nº 0003979-77.2012.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público daquela Casa Legislativa, por estar em tramitação naquele Colegiado o Projeto de Lei nº 4312/12.
473/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 7 de novembro do corrente, às 12 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação de Projetos de Lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
472/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso n° 1.386-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.928/2012-TCU-Plenário, inclusive em mídia, proferido nos autos do processo nº TC 033.616/2011-6, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam e, ainda, cópia das informações constantes dos Anexos 1 e 2 atualizados até a Sessão Plenária de 24 de outubro de 2012. A matéria, publicada no Diário do Senado Federal de 1º de novembro do corrente ano, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 30/11/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	4
Extraordinárias (REX)	-
Audiências Públicas (RAP)	2
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**7**

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	2	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	1
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	-	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**2**	**1**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)				**42**		
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original				42		
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**1**	**1**				
• Texto Original	1	1				
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)						
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias						
Mensagens CN (MCN)	**1**					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	1					
Ofícios CN (OFN)	**2**					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	2					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**1**	**1**				
Emendas	**8647**	**138**		**158**		
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**8652**	**140**		**200**		

Resenha Consolidada
01/03 a 30/11/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	17
Extraordinárias (REX)	9
Audiências Públicas (RAP)	7
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	2
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**36**

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	2	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	1
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	13	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**15**	**1**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**54**	**11**		**42**		
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original	53	10		42		
• Substitutivo						
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração	1					
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**9**	**5**				**3**
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**65**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	13					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	3					
- Outras Matérias	46					
Mensagens CN (MCN e MSG)	**59**					
- Prestação de Contas	8					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	47					
Ofícios CN (OFN)	**135**					
- Prestação de Contas	30					
- Outras Matérias	105					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**6**	**4**				
Emendas	**12984**	**4356**		**158**		
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**3**	**3**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**13321**	**4379**		**200**		**3**

Resultados das Reuniões
01 a 30/11/2012

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 6/11/2012

A - Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

- 9ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 30 e 31/10/2012.
NÃO DELIBERADO

B – Apresentação, discussão e votação dos relatórios às seguintes matérias:

I) Projetos de Lei:

01) Projeto de Lei nº 05/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o fim que especifica."
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

02) Projeto de Lei nº 07/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 14.835.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado João Paulo Lima
Foram apresentadas 15 emendas
Voto: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado com aprovação da emenda n° 12, com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 1 a 3 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

03) Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Júnior
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

04) Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Serraglio
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado com as alterações decorrentes da emenda de relator.
NÃO DELIBERADO

05) Projeto de Lei nº 11/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 136.028.187,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte e oito mil, cento e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Paulo Rubem Santiago
Foi apresentada 1 emenda
Voto: Favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

06) Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

07) Projeto de Lei nº 13/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 2 e 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

08) Projeto de Lei nº 20/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

09) Projeto de Lei nº 25/2012-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, crédito suplementar no valor total de R$ 155.121.207,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e um mil e duzentos e sete reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 85.080.868,00 (oitenta e cinco milhões, oitenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica.
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos temos do projeto.
NÃO DELIBERADO

II) Subtítulos com indício de irregularidades graves:

10) Aviso nº 11/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.
Relator: Deputado Mauro Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

11) Aviso nº 02/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer – Inca”.
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

12) Aviso nº 15/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza”.
Relator: Senador Cássio Cunha Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

13) Aviso nº 16/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9”.
Relator: Deputado Jaime Martins
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

14) Aviso nº 19/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)”.
Relator: Deputado Lira Maia
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

15) Aviso nº 21/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1938/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às obras de implantação e pavimentação do Lote 2 da BR - 080, no Estado do Goiás (TC 004.762/2012-6)”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves a programação orçamentária 26.782.2075.7E79.0052 / 2012 – Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 – No Estado de Goiás, da unidade orçamentária 39252 –Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no que diz respeito ao Termo de Compromisso TT 290/2007-00, celebrado entre o Dnit e a Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, Lote 2 (segmento entre o km 234,96 e o km 306,20) da rodovia federal BR-080/GO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

16) Aviso nº 22/2012-CN, que “Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.
Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).
Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes
Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os

respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).
NÃO DELIBERADO

III) Contas do Governo:

17) Aviso nº 16/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010".
Mensagem nº 24/2011-CN, que "Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010".
Ofício nº 24/2011-CN, que "Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010".
Mensagem nº 25/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010."
Ofício nº 15/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 16/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 18/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 19/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 20/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 22/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 23/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010".
Ofício nº 21/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010".
Ofício nº 17/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010".
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.
NÃO DELIBERADO

IV) Relatório de Gestão Fiscal:

18) Aviso nº 30/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)".
Mensagem nº 64/2010-CN, que, "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010".
Ofício nº 22/2010-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010".
Ofício nº 24/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Mensagem nº 65/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal".
Ofício nº 25/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça".
Ofício nº 26/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010".
Ofício nº 27/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010".
Ofício nº 28/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Ofício nº 29/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Ofício nº 31/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Ofício nº 23/2010, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010.”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

19) Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”.
Mensagem nº 163/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 38/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 37/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Mensagem nº 164/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000”.
Ofício nº 40/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 43/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 45/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010”.
Ofício nº 42/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Ofício nº 41/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Ofício nº 44/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 39/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

20) Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”.
Mensagem nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 3/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.
Oficio nº 4/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Mensagem nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 6/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 7/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 8/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 5/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

21) Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”.
Mensagem nº 37/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.”.
Ofício nº 33/2011-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 26/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Mensagem nº 38/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 28/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 31/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 32/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011”.
Ofício nº 30/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União”.
Ofício nº 29/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Ofício nº 34/2011-CN, que “Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 27/2011-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

22) Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”.
Mensagem nº 99/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011”.
Ofício nº 41/2011-CN, que “Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 40/2011-CN, que “Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Mensagem nº 100/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 43/2011-CN, que “Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 45/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011.”.
Ofício nº 47/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011”.
Ofício nº 46/2011-CN, que “Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000”.
Ofício nº 42/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 48/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei n. 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010”.
Ofício nº 44/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 49/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

23) Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”.
Mensagem nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010”.
Ofício nº 4/2012-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 5/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011.”.
Mensagem nº 11/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 8/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011”.
Ofício nº 9/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 11/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012”.
Ofício nº 15/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 7/2012-CN, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.
Ofício nº 12/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 6/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.”.
Ofício nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

24) Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

25) Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

V) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais:

26) Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.
Mensagem nº 134/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Mensagem nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010”.
Relator: Deputado Joaquim Beltrão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

27) Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

28) Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria
NÃO DELIBERADO

29) Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VI) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

30) Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

31) Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

32) Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

33) Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

34) Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4° do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.
Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

35) Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VII) Atividades do Tribunal de Contas da União:

36) Aviso nº 03/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Hugo Motta
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

37) Aviso nº 9/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

38) Aviso nº 26/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VIII) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:

39) Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”.

Ofício nº 32/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

40) Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008.”.
Ofício nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

IX) Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil:

41) Aviso nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”.
Aviso nº 22/2011-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011”.
Aviso nº 25/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011”.
Aviso nº 03/2012-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011”.
Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

X) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):

42) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XI) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

43) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

44) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XII) Projeto de Decreto Legislativo:

45) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“ Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.
Relator: Deputado Renato Molling
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XIII) Mensagem do Senado Federal:

46) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.
Relator: Senador Sérgio Petecão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

C – Requerimento:

47) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.
Autor: Senador Paulo Paim
NÃO DELIBERADO

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 13/11/2012

A - Apreciação da Ata das seguintes Reuniões:

- 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 30/10/2012.
- 9ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 30 e 31/10/2012.
- 14ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7/11/2012.

NÃO DELIBERADO

B – Apresentação, discussão e votação dos relatórios às seguintes matérias:

I) Medida Provisória:

01) Medida Provisória nº 583/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que especifica".
Relatora: Senadora Angela Portela.
Foram apresentadas 9 emendas.
Voto: favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela Inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.
NÃO DELIBERADO

II) Projetos de Lei:

02) Relatório Preliminar com emendas e Errata apresentado ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013).
Relator-Geral: Senador Romero Jucá
Ao relatório Preliminar foram apresentadas 127 emendas.
Voto: pela aprovação nos termos apresentados pelo relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação da emenda de nº 01, pela prejudicialidade da emenda nº 62 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

03) Projeto de Lei nº 05/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o fim que especifica".
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

04) Projeto de Lei nº 07/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 14.835.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado João Paulo Lima
Foram apresentadas 15 emendas
Voto: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado com aprovação da emenda n° 12,
com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 1 e 3 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

05) Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Júnior
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

06) Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Serraglio
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado com as alterações decorrentes da emenda de relator.
NÃO DELIBERADO

07) Projeto de Lei nº 11/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 136.028.187,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte e oito mil, cento e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Paulo Rubem Santiago
Foi apresentada 1 emenda
Voto: Favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

08) Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

09) Projeto de Lei nº 13/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 2 e 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

10) Projeto de Lei nº 20/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

11) Projeto de Lei nº 22/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 14.510.591,00 (quatorze milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e noventa e um reais), para os fins que especifica.
Relator: Deputado Jaime Martins
Foram apresentadas 12 emendas
Voto: favorável, nos temos do substitutivo apresentado, com aprovação das emendas de nºs 004 e 005; aprovação parcial das nºs 007 e 009, com indicação para inadmissibilidade da emenda nº 3 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

12) Projeto de Lei nº 25/2012-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, crédito suplementar no valor total de R$ 155.121.207,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e um mil e duzentos e sete reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 85.080.868,00 (oitenta e cinco milhões, oitenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

13) Projeto de Lei nº 26/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para os fins que especifica.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

14) Projeto de Lei nº 30/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 92.173.543,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Deputado Hugo Motta
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos temos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

15) Projeto de Lei nº 33/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 47.828.000,00 (quarenta e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Deputado Jaime Martins
Foram apresentada 6 emendas
Voto: favorável, nos temos do substitutivo apresentado, pela aprovação parcial das emendas de nºs 003, 004 e 006 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

16) Projeto de Lei nº 35/2012-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 32.020.000,00 (trinta e dois milhões e vinte mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Senador Paulo Paim
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda
NÃO DELIBERADO

17) Projeto de Lei nº 36/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R$ 1.750.000,00, (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), para o fim que especifica”.
Relator: Deputado Antônio Brito
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

18) Projeto de Lei nº 41/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 829.550.827,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e sete reais), para os fins que especifica”.
Relator: Senador Armando Monteiro
Não foram apresentadas emendas

Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

19) Projeto de Lei nº 48/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Vander Loubet
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

20) Projeto de Lei nº 49/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R$ 337.602.273,00 (trezentos e trinta e sete milhões, seiscentos e dois mil e duzentos e setenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Reinaldo Azambuja
Foram apresentadas 2 emendas
Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado, com 2 emendas de relator, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e rejeição da emenda nº 2.
NÃO DELIBERADO

21) Projeto de Lei nº 50/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), para o fim que especifica".
Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

22) Projeto de Lei nº 51/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R$ 99.390.712,00 (noventa e nove milhões, trezentos e noventa mil e duzentos e setecentos e doze reais), para os fins que especifica".
Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

23) Projeto de Lei nº 52/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), para o fim que especifica".
Relator: Deputado Edio Lopes
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

III) Subtítulos com indício de irregularidades graves:

24) Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".
Relator: Deputado Mauro Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

25) Aviso nº 02/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer – Inca".
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

26) Aviso nº 15/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza".
Relator: Senador Cássio Cunha Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

27) Aviso nº 16/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9".
Relator: Deputado Jaime Martins
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de

Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

28) Aviso nº 19/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)".
Relator: Deputado Lira Maia
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

29) Aviso nº 21/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1938/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às obras de implantação e pavimentação do Lote 2 da BR - 080, no Estado do Goiás (TC 004.762/2012-6)".
Relator: Senador Flexa Ribeiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves a programação orçamentária 26.782.2075.7E79.0052 / 2012 – Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 – No Estado de Goiás, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no que diz respeito ao Termo de Compromisso TT 290/2007-00, celebrado entre o Dnit e a Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, Lote 2 (segmento entre o km 234,96 e o km 306,20) da rodovia federal BR-080/GO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

30) Aviso nº 22/2012-CN, que "Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves".
Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).
Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes
Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).
NÃO DELIBERADO

IV) Contas do Governo:

31) Aviso nº 16/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010".
Mensagem nº 24/2011-CN, que "Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010".
Ofício nº 24/2011-CN, que "Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010".
Mensagem nº 25/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010."
Ofício nº 15/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 16/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 18/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010".
Ofício nº 19/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 20/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 22/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010".
Ofício nº 23/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010".
Ofício nº 21/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010".
Ofício nº 17/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010".
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.
NÃO DELIBERADO

V) Relatório de Gestão Fiscal:

32) Aviso nº 30/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça,

Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)".
Mensagem nº 64/2010-CN, que, "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010".
Ofício nº 22/2010-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010".
Ofício nº 24/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Mensagem nº 65/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal".
Ofício nº 25/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça".
Ofício nº 26/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010".
Ofício nº 27/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010".
Ofício nº 28/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Ofício nº 29/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010".
Ofício nº 31/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias".
Ofício nº 23/2010, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010.".
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

33) Aviso nº 17/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)".
Mensagem nº 163/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010".
Ofício nº 38/2010-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010".
Ofício nº 37/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010".
Mensagem nº 164/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000".
Ofício nº 40/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça".
Ofício nº 43/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010".
Ofício nº 45/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010".
Ofício nº 42/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010".
Ofício nº 41/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010".
Ofício nº 44/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010".
Ofício nº 39/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010".
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

34) Aviso nº 10/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)".
Mensagem nº 9/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010".
Ofício nº 3/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010".

Oficio nº 4/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Mensagem nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 6/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 7/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 8/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 5/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

35) Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”.
Mensagem nº 37/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.”.
Ofício nº 33/2011-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 26/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Mensagem nº 38/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 28/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 31/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 32/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011”.
Ofício nº 30/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União”.
Ofício nº 29/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Ofício nº 34/2011-CN, que “Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 27/2011-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

36) Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”.
Mensagem nº 99/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011”.
Ofício nº 41/2011-CN, que “Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 40/2011-CN, que “Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Mensagem nº 100/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.

Ofício nº 43/2011-CN, que “Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 45/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011.”.
Ofício nº 47/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011”.
Ofício nº 46/2011-CN, que “Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000”.
Ofício nº 42/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 48/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei n. 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010”.
Ofício nº 44/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 49/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

37) Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”.
Mensagem nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010”.
Ofício nº 4/2012-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 5/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011.”.
Mensagem nº 11/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 8/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011”.
Ofício nº 9/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 11/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012”.
Ofício nº 15/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 7/2012-CN, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.
Ofício nº 12/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 6/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.”.
Ofício nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

38) Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.

39) Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VI) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais:

40) Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.
Mensagem nº 134/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Mensagem nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010”.
Relator: Deputado Joaquim Beltrão
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

41) Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

42) Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria
NÃO DELIBERADO

43) Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

44) Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.

Relator: Senador Benedito de Lira
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VII) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

45) Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

46) Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

47) Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

48) Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

49) Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4° do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.
Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

50) Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VIII) Atividades do Tribunal de Contas da União:

51) Aviso nº 03/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Hugo Motta
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

52) Aviso nº 9/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

53) Aviso nº 26/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

IX) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:

54) Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”.
Ofício nº 32/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

55) Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008.”.
Ofício nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

X) Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil:

56) Aviso nº 33/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”.
Aviso nº 46/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. (RELATIVO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009) (retificação feita no DSF de 20.10.2009)
Aviso nº 01/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009”.
Aviso nº 09/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009”.

Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.

NÃO DELIBERADO

57) Aviso nº 17/2010-CN, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”.
Aviso nº 35/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010”.
Aviso nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010”.
Aviso nº 07/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010”.
Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

58) Aviso nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”.
Aviso nº 22/2011-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011”.
Aviso nº 25/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011”.
Aviso nº 03/2012-CN, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011”.
Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

XI) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):

59) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XII) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

60) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

61) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XIII) Projeto de Decreto Legislativo:

62) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“ Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.
Relator: Deputado Renato Molling
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XIV) Mensagem do Senado Federal:

63) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.
Relator: Senador Sérgio Petecão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

C – Requerimento:

64) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.
Autor: Senador Paulo Paim
NÃO DELIBERADO

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 20/11/2012

A- Apreciação da Ata das seguintes Reuniões:

-5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 30/10/2012.
-9ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 30 e 31/10/2012.
-14ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7/11/2012.
- 15ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/11/2012.
APROVADAS

B- Apresentação, discussão e votação dos relatórios às seguintes matérias:

I) Medida Provisória:

01) Medida Provisória nº 583/2012-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que especifica”.
Relatora: Senadora Angela Portela.

Foram apresentadas 9 emendas.
Voto: favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela Inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.
APROVADO O RELATÓRIO

II) Projetos de Lei:

02) Relatório Preliminar com emendas, Errata e Adendos apresentado ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013).
Relator-Geral: Senador Romero Jucá
Ao relatório Preliminar foram apresentadas 127 emendas.
Voto: pela aprovação nos termos apresentados pelo relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação da emenda de nº 01, pela prejudicialidade da emenda nº 62 e rejeição das demais.
APROVADO O RELATÓRIO, JUNTAMENTE COM ERRATA E ADENDOS 1 E 2. DOS 16 DESTAQUES APRESENTADOS, OS DE Nº 2, 7, 13, 14 E 16 FORAM TIDOS COMO PREJUDICADOS E OS DEMAIS FORAM REJEITADOS.

03) Projeto de Lei nº 05/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o fim que especifica".
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

04) Projeto de Lei nº 07/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 14.835.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado João Paulo Lima
Foram apresentadas 15 emendas
Voto: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado com aprovação da emenda n° 12,
com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 1 e 3 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

05) Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Júnior
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

06) Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Osmar Serraglio
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado com as alterações decorrentes da emenda de relator.
NÃO DELIBERADO

07) Projeto de Lei nº 11/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 136.028.187,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte e oito mil, cento e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Paulo Rubem Santiago
Foi apresentada 1 emenda
Voto: Favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

08) Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

09) Projeto de Lei nº 13/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas n°s 2 e 3 e pela rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

10) Projeto de Lei nº 18/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 475.289.794,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Leandro Vilela
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

11) Projeto de Lei nº 20/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

12) Projeto de Lei nº 22/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 14.510.591,00 (quatorze milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e noventa e um reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Jaime Martins
Forma apresentadas 12 emendas
Voto: favorável, nos temos do substitutivo apresentado, com aprovação das emendas de nºs 4 e 5; aprovação parcial das nºs 7 e 9, com indicação para inadmissibilidade da emenda nº 3 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

13) Projeto de Lei nº 25/2012-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, crédito suplementar no valor total de R$ 155.121.207,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e um mil e duzentos e sete reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 85.080.868,00 (oitenta e cinco milhões, oitenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

14) Projeto de Lei nº 26/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

15) Projeto de Lei nº 28/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor d e R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Irajá Abreu
Foram apresentadas 5 emendas.
Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição das emendas.
NÃO DELIBERADO

16) Projeto de Lei nº 29/2012-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$ 9.030.000,00 (nove milhões e trinta mil reais) para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Luiz Pitiman
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

17) Projeto de Lei nº 30/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 92.173.543,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Deputado Hugo Motta
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos temos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

18) Projeto de Lei nº 33/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 47.828.000,00 (quarenta e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Deputado Jaime Martins
Foram apresentada 6 emendas
Voto: favorável, nos temos do substitutivo apresentado, pela aprovação parcial das emendas de nºs 3, 4 e 6 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

19) Projeto de Lei nº 34/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 135.937,125,00 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e vinte e cinco reais), para os fins que especifica”.
Relator: Deputado Aníbal Gomes
Foram apresentadas 18 emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 3, 4, 7, 8, 12 a 14 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

20) Projeto de Lei nº 35/2012-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 32.020.000,00 (trinta e dois milhões e vinte mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Paulo Paim
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

21) Projeto de Lei nº 36/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R$ 1.750.000,00, (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), para o fim que especifica".
Relator: Deputado Antônio Brito
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

22) Projeto de Lei nº 37/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 76.678.877,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado João Maia
Foram apresentadas 24 emendas
Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado, com a aprovação parcial das emendas nºs 1, 15, 18, 20 e 24 e rejeição das demais.
NÃO DELIBERADO

23) Projeto de Lei nº 41/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 829.550.827,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e sete reais), para os fins que especifica".
Relator: Senador Armando Monteiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

24) Projeto de Lei nº 42/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor de R$ 89.735.519,00 (oitenta e nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil. quinhentos e dezenove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Josias Gomes
Foram apresentadas 4 emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas 1, 2 e 4 e rejeição da nº 3.
NÃO DELIBERADO

25) Projeto de Lei nº 45/2012-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R$ 275.817.651,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e dezessete mil e seiscentos e cinquenta e um reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado João Leão
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

26) Projeto de Lei nº 46/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 590.979.322,00 (quinhentos e noventa milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

27) Projeto de Lei nº 48/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Vander Loubet
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

28) Projeto de Lei nº 49/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R$ 337.602.273,00 (trezentos e trinta e sete milhões, seiscentos e dois mil e duzentos e setenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Reinaldo Azambuja
Foram apresentadas 2 emendas
Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado, com 2 emendas de relator, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e rejeição da emenda nº 2.
NÃO DELIBERADO

29) Projeto de Lei nº 50/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), para o fim que especifica".
Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

30) Projeto de Lei nº 51/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R$ 99.390.712,00 (noventa e nove milhões, trezentos e noventa mil e duzentos e setecentos e doze reais), para os fins que especifica”.
Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende
Foi apresentada 1 emenda
Voto: favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.
NÃO DELIBERADO

31) Projeto de Lei nº 52/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), para o fim que especifica”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

32) Projeto de Lei nº 53/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 151.274.000,00 (cento e cinquenta e um milhões e duzentos e setenta e quatro reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Senador Sérgio Petecão
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

33) Projeto de Lei nº 54/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 569.974.413,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e treze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.
Relator: Deputado Leandro Vilela
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.
NÃO DELIBERADO

III) Subtítulos com indício de irregularidades graves:

34) Aviso nº 11/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.
Relator: Deputado Mauro Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

35) Aviso nº 02/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer – Inca”.
Relator: Deputado Zeca Dirceu
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

36) Aviso nº 15/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza”.
Relator: Senador Cássio Cunha Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

37) Aviso nº 16/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9”.
Relator: Deputado Jaime Martins
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

38) Aviso nº 19/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)”.
Relator: Deputado Lira Maia
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

39) Aviso nº 21/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1938/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às obras de implantação e pavimentação do Lote 2 da BR - 080, no Estado do Goiás (TC 004.762/2012-6)”.
Relator: Senador Flexa Ribeiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves a programação orçamentária 26.782.2075.7E79.0052 / 2012 – Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 – No Estado de Goiás, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no que diz respeito ao Termo de Compromisso TT 290/2007-00, celebrado entre o Dnit e a Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, Lote 2 (segmento entre o km 234,96 e o km 306,20) da rodovia federal BR-080/GO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.
NÃO DELIBERADO

40) Aviso nº 22/2012-CN, que “Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”.
Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).
Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes
Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012).
NÃO DELIBERADO

IV) Contas do Governo:

41) Aviso nº 16/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010”.
Mensagem nº 24/2011-CN, que “Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010”.
Ofício nº 24/2011-CN, que “Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010”.
Mensagem nº 25/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010.”
Ofício nº 15/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010”.
Ofício nº 16/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010”.
Ofício nº 18/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010”.
Ofício nº 19/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010”.
Ofício nº 20/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010”.
Ofício nº 22/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010”.
Ofício nº 23/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010”.
Ofício nº 21/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010”.
Ofício nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.
NÃO DELIBERADO

V) Relatório de Gestão Fiscal:

42) Aviso nº 30/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)”.
Mensagem nº 64/2010-CN, que, “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 22/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 24/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.
Mensagem nº 65/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal”.

Ofício nº 25/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 26/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 27/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010”.
Ofício nº 28/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.
Ofício nº 29/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.
Ofício nº 31/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 23/2010, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

43) Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”.
Mensagem nº 163/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 38/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 37/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Mensagem nº 164/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000”.
Ofício nº 40/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 43/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 45/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010”.
Ofício nº 42/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Ofício nº 41/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Ofício nº 44/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 39/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

44) Aviso nº 10/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)”.
Mensagem nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 3/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.
Oficio nº 4/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Mensagem nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 6/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 9/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 10/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.
Ofício nº 7/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 8/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Ofício nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 5/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

45) Aviso nº 19/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9”.
Mensagem nº 37/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.”.
Ofício nº 33/2011-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 26/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Mensagem nº 38/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 28/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 31/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 32/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011”.
Ofício nº 30/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União”.
Ofício nº 29/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Ofício nº 34/2011-CN, que “Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 27/2011-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

46) Aviso nº 11/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)”.
Mensagem nº 99/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011”.
Ofício nº 41/2011-CN, que “Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 40/2011-CN, que “Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Mensagem nº 100/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 43/2011-CN, que “Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 45/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011.”.
Ofício nº 47/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011”.

Ofício nº 46/2011-CN, que “Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000”.
Ofício nº 42/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 48/2011-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei n. 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010”.
Ofício nº 44/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011”.
Ofício nº 49/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

47) Aviso nº 12/2012-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)”.
Mensagem nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010”.
Ofício nº 4/2012-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 5/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011.”.
Mensagem nº 11/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000”.
Ofício nº 8/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011”.
Ofício nº 9/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça”.
Ofício nº 11/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012”.
Ofício nº 15/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Ofício nº 7/2012-CN, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”.
Ofício nº 12/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.
Ofício nº 6/2012-CN, que “Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.”.
Ofício nº 10/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

48) Aviso nº 13/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

49) Aviso nº 1/2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011”.
Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VI) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais:

50) Mensagem nº 46/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.
Mensagem nº 134/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Mensagem nº 13/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010”.
Relator: Deputado Joaquim Beltrão
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

51) Mensagem nº 39/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

52) Mensagem nº 98/2011-CN, que “Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria
NÃO DELIBERADO

53) Mensagem nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011”.
Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

54) Mensagem nº 56/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012”.
Relator: Senador Benedito de Lira
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VII) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

55) Ofício nº 02/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

56) Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

57) Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.
Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

58) Ofício nº 14/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE”.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

59) Ofício nº 42/2012-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4° do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.
Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

60) Ofício nº 43/2012-CN, que “Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório”.
Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

VIII) Atividades do Tribunal de Contas da União:

61) Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007".
Relator: Deputado Hugo Motta
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

62) Aviso nº 9/2012-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012".
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

63) Aviso nº 26/2012-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012".
Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

IX) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:

64) Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008".
Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009".
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

65) Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008.".
Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010".
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

X) Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil:

66) Aviso nº 33/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009".
Aviso nº 46/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009". (RELATIVO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009) (retificação feita no DSF de 20.10.2009)
Aviso nº 01/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009".
Aviso nº 09/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009".
Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

67) Aviso nº 17/2010-CN, que "Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010".
Aviso nº 35/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010".
Aviso nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010".
Aviso nº 07/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010".
Relator: Senador Paulo Paim
Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

68) Aviso nº 18/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011".
Aviso nº 22/2011-CN, que "Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011".
Aviso nº 25/2011-CN, que "Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011".
Aviso nº 03/2012-CN, que "Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011".
Relator: Senador Paulo Paim

Voto: pelo arquivamento das matérias.
NÃO DELIBERADO

XI) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):

69) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.
Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XII) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

70) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Deputada Cida Borghetti
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

71) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.
Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XIII) Projeto de Decreto Legislativo:

72) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“ Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.
Relator: Deputado Renato Molling
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

XIV) Mensagem do Senado Federal:

73) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.
Relator: Senador Sérgio Petecão
Voto: pelo arquivamento da matéria.
NÃO DELIBERADO

C – Requerimento:

74) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.
Autor: Senador Paulo Paim
NÃO DELIBERADO

C1 - Requerimento sobre a Mesa

REQUERIMENTO Nº 6/12 - CMO, EXTRAPAUTA - do Senhor Deputado Mauro Lopes, que "requer diligência compreendendo a visita de membros desta Comissão às obras de implantação e pavimentação de trecho rodoviário entre Porto Alegre, Esteio e Sapucaia, no estado do Rio Grande do Sul - BR-448 em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU com recomendação de paralisação”.
APROVADO.

RESULTADO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA EM 22/11/2012, COM AS COMISSÕES: CAE/SF, CDEIC/CD, CFFC/CD, CFT/CD, CMA/SF e CMO/CN.

Convidado:

Dr. Alexandre Antonio Tombini – Presidente do Banco Central do Brasil

Assunto:

O palestrante apresentará, "em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - referente ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 10h

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 27 e 28/11/2012

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DE NENHUM DOS ITENS DA PAUTA

A - Apreciação da Ata das seguintes Reuniões:
- 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/11/2012
- 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 22/11/2012.

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 14h30min

A- Relatórios:

I- PROJETOS DE LEI

1- PROJETO DE LEI (CN) Nº 24/12 - da Presidente da República - que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013".
RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ.
PARECER: voto pela aprovação na forma ora apresentada, com as alterações decorrentes das emendas, bem como dos ajustes de redação, identificados no texto. Ao Parecer Preliminar foram apresentadas 127 (cento e vinte e sete) emendas. O relator, Senador Romero Jucá, quanto às emendas, ofereceu voto pela APROVAÇÃO da emenda nº. 1; PREJUDICIALIDADE da emenda nº 62 e REJEIÇÃO das demais.

II- SUBTÍTULOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

2- AVISO (CN) Nº 11/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".
RELATOR: Deputado MAURO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

3- AVISO (CN) Nº 2/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer - Inca (TC 030.993/2011-3)".
RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

4- AVISO (CN) Nº 14/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1383/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte, na BR-163/PA, objeto do Fiscobras de 2011 (TC 015.532/2011-9)".
RELATORA: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.
PARECER: a proferir.

5- AVISO (CN) Nº 15/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza (TC 004.514/2012-2)".
RELATOR: Senador CÁSSIO CUNHA LIMA.
PARECER: a proferir.

6- AVISO (CN) Nº 16/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9".
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.
PARECER: voto pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Não foram apresentadas emendas.

7- AVISO (CN) Nº 19/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)".
RELATOR: Deputado LIRA MAIA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

8- AVISO (CN) Nº 21/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1938/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às obras de implantação e pavimentação do Lote 2 da BR - 080, no Estado do Goiás (TC 004.762/2012-6)".
RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO.
PARECER: voto pela INCLUSÃO no Anexo da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves a programação orçamentária 26.782.2075.7E79.0052 / 2012 – Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 – No Estado de Goiás, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no que diz respeito ao Termo de Compromisso TT 290/2007-00, celebrado entre o Dnit e a Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, Lote 2 (segmento entre o km 234,96 e o km 306,20) da rodovia federal BR-080/GO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.Não foram apresentadas emendas.

9- AVISO (CN) Nº 22/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves".
RELATOR: Deputado MAURO LOPES.
PARECER: voto, nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012). Anexado às folhas de nºs 160 a 195.

III- RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO FEDERAL

10- AVISO (CN) Nº 16/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010" (Apensados: MCN 24/2011, OFN 24/2011, MCN 25/2011, OFN 15/2011, OFN 16/2011, OFN 18/2011, OFN 19/2011, OFN 20/2011, OFN 22/2011, OFN 23/2011, OFN 21/2011 e OFN 17/2011)
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: a proferir.

IV- RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

11- AVISO (CN) Nº 30/10 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)". (Apensados: MCN 64/2010, OFN 22/2010, MCN 65/2010, OFN 23/2010, OFN 25/2010, OFN 26/2010, OFN 27/2010, OFN 28/2010, OFN 29/2010, OFN 31/2010 e OFN 24/2010)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

12- AVISO (CN) Nº 17/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)". (Apensados: OFN 41/2010, OFN 44/2010, OFN 40/2010, OFN 42/2010, OFN 43/2010, OFN 45/2010, OFN 39/2010, MCN 163/2010, MCN 164/2010, OFN 37/2010 e OFN 38/2010)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

13- AVISO (CN) Nº 10/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)". (Apensados: MCN 10/2011, OFN 3/2011, OFN 4/2011, OFN 6/2011, OFN 7/2011, OFN 8/2011, OFN 9/2011, OFN 10/2011, MCN 9/2011, OFN 5/2011 e OFN 13/2011)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

14- AVISO (CN) Nº 19/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9". (Apensados: MCN 37/2011, MCN 38/2011, OFN 26/2011, OFN 27/2011, OFN 28/2011, OFN 29/2011, OFN 30/2011, OFN 31/2011, OFN 32/2011, OFN 33/2011 e OFN 34/2011)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

15- AVISO (CN) Nº 11/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)". (Apensados: MCN 99/2011, MCN 100/2011, OFN 41/2011, OFN 42/2011, OFN 43/2011, OFN 44/2011, OFN 45/2011, OFN 46/2011, OFN 47/2011, OFN 48/2011, OFN 49/2011 e OFN 40/2011)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

16- AVISO (CN) Nº 12/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)". (Apensados: MCN 10/2012, OFN 5/2012, MCN 11/2012, OFN 6/2012, OFN 7/2012, OFN 8/2012, OFN 9/2012, OFN 10/2012, OFN 11/2012, OFN 12/2012, OFN 15/2012 e OFN 4/2012)
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

17- AVISO (CN) Nº 13/11 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011".

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

18- AVISO (CN) Nº 1/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011".
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

V- RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

19- MENSAGEM (CN) Nº 46/10 - da Presidente da República - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010". (Apensados: MCN 13/2011 e MCN 134/2010)
RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

20- MENSAGEM (CN) Nº 39/11 - da Presidente da República - que "encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

21- MENSAGEM (CN) Nº 98/11 - da Presidente da República - que "encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

22- MENSAGEM (CN) Nº 14/12 - da Presidente da República - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: a proferir.

23- MENSAGEM (CN) Nº 56/12 - da Presidente da República - que "encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012".
RELATOR: Senador BENEDITO DE LIRA.
PARECER: a proferir.

24- MENSAGEM (CN) Nº 102/12 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012".
RELATORA: Senadora ANA RITA.
PARECER: a proferir.

VI- RELATÓRIOS GERENCIAIS TRIMESTRAIS DO BNDES

25- OFÍCIO (CN) Nº 25/11 - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011".
RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

26- OFÍCIO (CN) Nº 36/11 - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011".
RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

27- OFÍCIO (CN) Nº 50/11 - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011".
RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

28- OFÍCIO (CN) Nº 17/12 - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011".
RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

VII- DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

29- OFÍCIO (CN) Nº 2/08 - do Presidente do Banco da Amazônia - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

30- OFÍCIO (CN) Nº 14/08 - do Ministro de Estado da Integração Nacional - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

31- OFÍCIO (CN) Nº 37/11 - do Banco da Amazônia - que "encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

32- OFÍCIO (CN) Nº 14/12 - da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE".
RELATOR: Deputado JOÃO PAULO LIMA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

33- OFÍCIO (CN) Nº 42/12 - do Banco da Amazônia - que "encaminha, nos termos do parágrafo 4° do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011".
RELATOR: Deputado LUCIO VIEIRA LIMA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

34- OFÍCIO (CN) Nº 43/12 - da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - que "encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Execício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório".
RELATOR: Deputado JOÃO PAULO LIMA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

VIII- RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

35- AVISO (CN) Nº 3/08 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007".
RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

36- AVISO (CN) Nº 9/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012".
RELATOR: Deputado JOÃO LEÃO.
PARECER: pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

37- AVISO (CN) Nº 26/12 - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 2012".
RELATOR: Deputado JOÃO LEÃO.
PARECER: pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

IX- OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE CAPITAL DE GIRO CONTRATADAS PELA CEF

38- OFÍCIO (CN) Nº 31/09 - do Caixa Econômica Federal - que "encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008". (Apensado: OFN 32/2010)
RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

39- OFÍCIO (CN) Nº 33/10 - do Caixa Econômica Federal - que "encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008". (Apensado: OFN 1/2011)
RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

X- FUNDO SOBERANO

40- AVISO (CN) Nº 33/09 - do Ministro de Estado da Fazenda - que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009". (Apensados: AVN 46/2009, AVN 1/2010 e AVN 9/2010)
RELATOR: Senador PAULO PAIM.
PARECER: a proferir.

41- AVISO (CN) Nº 17/10 - do Ministro de Estado da Fazenda - que "relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010". (Apensados: AVN 35/2010, AVN 1/2011 e AVN 7/2011)
RELATOR: Senador PAULO PAIM.
PARECER: a proferir.

42- AVISO (CN) Nº 18/11 - do MINISTÉRIO DA FAZENDA - que "encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009". (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011 e AVN 3/2012)
RELATOR: Senador PAULO PAIM.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

43- AVISO (CN) Nº 18/12 - do Ministério da Fazenda - que "encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009". (Apensado: AVN 27/2012)
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

XI- ATIVIDADES DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

44- OFÍCIO (CN) Nº 16/12 - da Autoridade Pública Olímpica - APO - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011".
RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

XII- RELATÓRIOS EM ATENDIMENTO À LEI DE INCETIVO AO ESPORTE (LEI 11438/2006)

45- OFÍCIO (CN) Nº 51/11 - do Ministério do Esporte - que "encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
RELATORA: Deputada CIDA BORGHETTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

46- OFÍCIO (CN) Nº 32/12 - do Ministério do Esporte - que "encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

XIII- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

47- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (CN) Nº 1/10 - do Sr. Otavio Leite - que "altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010".
RELATOR: Deputado RENATO MOLLING.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

XIV- MENSAGENS DO SENADO FEDERAL

48- MENSAGEM (SF) Nº 190/09 - do Presidente do Supremo Tribunal Federal - que "encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde".
RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO.
PARECER: a proferir.

B -Requerimentos:

49- REQUERIMENTO Nº 3/12 - do Sr. Paulo Paim - que "requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real de aposentadorias e pensões, do Regime Geral de Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento - CMO"

RESULTADO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 27/11/2012

A -Audiência Pública:

Assunto: Obras e Serviços de Engenharia com indícios de irregularidades graves constantes do PLOA 2013, em atendimento ao disposto nos art. 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012 (LDO 2013).

Convidados:

Representante do Tribunal de Contas da União -TCU.
Representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
Representante da Fundação Nacional de Saúde - (Funasa).
Representante da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte (DNIT)

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 15h

RESULTADO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 28/11/2012

A -Audiência Pública:

Assunto:

Obras e Serviços de Engenharia com indícios de irregularidades graves constantes do PLOA 2013, em atendimento ao disposto nos art. 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012 (LDO 2013).

Convidados:

Representante do Tribunal de Contas da União -TCU.
Representante do Ministério da Integração Nacional - MIN.
Representante do Ministério das Cidades - Mcidades.
Representante da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras.

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 15h

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha
01 a 30/11/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	-
Reuniões	03
Total	**03**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	-
Total	**-**

Resenha Consolidada
10/04 a 30/11/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	17
Total	**18**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	09
Total	**09**

Resultados das Reuniões
01 a 30/11/2012

16ª Reunião – realizada em 7 de novembro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto/Finalidade:

Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:
- Plano Decenal de Expansão de Energia – 2020;
- Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM; e
- Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Convidados:

- Paulo César Magalhães Domingues, Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;
- Luis Fernando Badanhan, Coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético - MME;
- Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador - DSAST do Ministério da Saúde - MS;
- Sergio Leitão, Diretor de Campanhas do Greenpeace – ONG;
- Kátia Matsumoto Tancon, Chefe da Assessoria Socioambiental do Gabinete do Ministro dos Transportes – MT; e
- Aguiar Gonzaga Vieira da Costa, Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Resultado: Audiência Pública realizada.

17ª Reunião – realizada em 13 de novembro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto/Finalidade:

Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:
- Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia e
- Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação.

Convidados:

- Beatriz Martins Carneiro, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC e
- Demétrio Florentino de Toledo Filho, Coordenador Substituto de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC.

Resultado: Audiência Pública realizada.

18ª Reunião – realizada em 21 de novembro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto/Finalidade:

Audiência Pública destinada a acompanhar as ações relativas à mudança do clima no Bioma Amazônia, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012.

Convidados:

- Juliana Simões - Diretora Substituta do Departamento de Políticas para Combate ao Desmatamento da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – MMA e
- Paulo Moutinho – Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Resultado: Audiência Pública realizada.

Brasília, 30 de novembro de 2012.
Secretaria da Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 30/11/2012

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	23
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	50
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	2
REUNIÕES CONJUNTAS	5
TOTAL	**80**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	**ORDINÁRIAS**	**EXTRAORDINÁRIAS**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS ***	**TOTAL****
CAE	4	2	4	10
CAS	-	4	1	5
CCJ	4	2	-	6
CE	4	6	2	12
CMA	4	2	2	8
CDH	-	16	-	16
CRE	3	1	-	4
CI	-	5	1	6
CDR	2	-	1	3
CRA	-	7	-	7
CCT	-	4	1	5
CMMC	2	1	-	3
TOTAL	**23**	**50**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas
(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (***), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	**REUNIÕES**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS**	**TOTAL**
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	2	-	2
TOTAL	**2**		

(***) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	**COMISSÕES E SUBCOMISSÕES**
31ª	CCT (27ª), CAS (41ª), CMA (43ª) e CDR (18ª)
32ª	CI (32ª) e CAE (53ª)
33ª	CAE (54ª), CMA (47ª), CMO e Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados
34ª	CAE e CE
35ª	CAE e CE
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 5	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	1
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	-
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	-
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	5
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	13
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	-
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	4
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	2
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	3
TOTAL	**30**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	1
TOTAL	**1**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Sociais, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CAS, CMA, CDR e CCT	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CAE, CMA, CMO e Comissões da Câmara dos Deputados	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CAE e CE	2
TOTAL	**5**

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	**36**

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
PLS	9	9	6	5	11	9	-	1	4	8	1	-	**63**
ECD	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	**2**
SCD	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	**3**
PLC	2	2	10	-	1	2	2	-	-	3	-	-	**22**
PDS	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	78	-	**80**
PRS	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	**2**
RQS	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	**16**
PFS	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	**1**
MSF	3	-	1	-	-	-	6	-	-	-	-	-	**10**
OFS	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**3**
OCS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
AVS	-	-	-	-	2	-	-	-	1	3	-	-	**6**
AVS CMA	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	**4**
SUG	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	**12**
TOTAL	**15**	**14**	**20**	**7**	**19**	**24**	**26**	**2**	**5**	**15**	**79**	**-**	**226**

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	27
PLC	5
PDS	78
OFS	2
TOTAL	**112**

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	1
PLS	36
ECD	2
SCD	3
PLC	17
PDS	2
PRS	2
RQS	16
PFS	1
MSF	10
OFS	1
OCS	1
AVS	6
AVS CMA	4
SUG	12
TOTAL	**114**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**CMMC**	**TOTAL**
8	2	4	7	8	16	2	6	4	7	-	-	**64**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC (CI)	1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES	**1**

TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	**65**

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	63
Rejeitado	1
TOTAL	**64**

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	1
TOTAL	**1**

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	7
Requerimento de Informações a Ministro de Estado	3
Requerimento de Autorização para Desempenho de Missão no País ou no Exterior	3
Proposta de Emenda à Constituição	1
Projeto de Lei do Senado	10
Projeto de Resolução do Senado	1
Requerimento de Voto de Pesar	1
Requerimento de Voto de Aplauso	1
TOTAL	**27**

EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 24/2012-CN (PLOA/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	**CAE**	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**TOTAL**
APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	3	**41**
REMANEJA-MENTO	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	**4**
TOTAL	**4**	**4**	**5**	**4**	**4**	**3**	**4**	**6**	**4**	**4**	**3**	**45**

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 30/11/2012

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	119
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	325
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	55
REUNIÕES CONJUNTAS	35
TOTAL ACUMULADO	**534**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	**ORDINÁRIAS**	**EXTRAORDINÁRIAS**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS ***	**TOTAL****
CAE	23	20	15	58
CAS	-	39	5	44
CCJ	28	15	3	46
CE	23	31	3	57
CMA	8	30	11	49
CDH	-	70	5	75
CRE	20	19	5	44
CI	-	26	9	35
CDR	5	12	3	20
CRA	-	32	-	32
CCT	-	26	4	30
CMMC	12	5	1	18
TOTAL ACUMULADO	**119**	**325**		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas
(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	**REUNIÕES**	**PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS**	**TOTAL**
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	5	-	5
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	8	-	8
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	3	-	3
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	6	-	6
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	4	-	4
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	4	4
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CDH - Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	4	4
CRE - Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF	1	-	1
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	23	-	23
CDR - Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN	1	-	1
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. - CDRCOOL	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	**55**		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	**COMISSÕES E SUBCOMISSÕES**	**TOTAL**
1ª, 4ª e 8ª	CAS e CDH	**3**
2ª e 26ª	CI e CMA	**2**
3ª, 7ª, 12ª, 15 e 17ª	CRER+20 e CMARIO20	**5**
5ª	CMA, CCT e CRE	**1**
6ª e 22ª	CRE e CMA	**2**
9ª e 10ª	CCJ e CAE	**2**
11ª, 16ª, 27ª, 30ª e 32ª	CI e CAE	**5**
13ª	CCT e CI	**1**
14ª	CRE e CE	**1**
18ª	CAE e Com.Mista.MPV 567	**1**
19ª	CMMC e CRE	**1**
20ª	CAE, CI e CDR	**1**
21ª e 33ª	CAE, CMA, CMO e três Comissões da Câmara dos Deputados	**2**
23ª	CAE, CCJ e CDR	**1**
24ª	CAE e CAS	**1**
25ª	CCT e CMA	**1**
28ª e 29ª	CMA e CDH	**2**
31ª	CCT, CAS, CMA e CDR	**1**
34 ª e 35ª	CAE e CE	**2**
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 35		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	7
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	9
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	4
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	27
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	18
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	62
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	18
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	2
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	3
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	16
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	10
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	13
TOTAL ACUMULADO	**189**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	4
CAS –Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	4
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA – Permanente da Água – CMAGUA	5
CMA – Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	3
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	19
TOTAL ACUMULADO	**37**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	5
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Com. de Serviços de Infraestrutura e Com. de Assuntos Econômicos – CI e CAE	5
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCT e CI	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CRE e CE	1
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE - e Comissão Mista da Medida Provisória nº 567, de 2012	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CAE, CI e CDR	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CRE e CMMC	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CAE, CMA e CMO (Senado Federal) e 3 Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CDEIC, CFT e CFFC	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais – CAE e CAS	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CCT e CMA	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CMA e CDH	2
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCT, CAS, CMA e CCT	1
Com. de Assuntos Econômicos e Com. de Educação, Cultura e Esporte – CAE e CE	2
TOTAL ACUMULADO	**35**

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	**261**

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PEC	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
PLS	58	94	22	46	33	31	2	19	18	17	15	-	355
ECD	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	3
SCD	2	2	2	1	1	1	-	1	-	1	-	-	11
PLC	14	17	44	72	6	6	7	6	1	5	6	-	184
PDS	1	1	-	-	-	-	31	-	-	-	574	-	607
PRS	2	-	4	9	-	-	-	-	-	-	-	-	15
RQS	-	-	1	-	-	-	31	-	-	-	-	-	32
IND	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PFS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
EMEN PLEN	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
MSF	55	-	6	-	1	-	27	2	-	-	-	-	91
OFS	1	1	5	1	2	-	-	2	1	-	-	-	13
OCS	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
DIV	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AVS	3	1	-	-	4	-	-	-	2	7	1	-	18
AMA	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	14
SUG	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	21
DAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
REP.	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUMULADO	136	121	103	129	66	60	98	30	22	31	596	-	1392

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	156
PLC	81
PDS	574
OFS	2
TOTAL ACUMULADO	**813**

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	13
PLS	199
ECD	3
SCD	11
PLC	103
PDS	33
PRS	15
RQS “SF”	32
IND	1
PFS	4
EMEN PLEN	5
MSF	91
OFS “S”	11
OCS	2
DIV	1
AVS	18
AMA	14
SUG	21
DAS	1
REP	1
TOTAL ACUMULADO	**579**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**CMMC**	**TOTAL ACUMULADO**
42	63	32	55	77	140	26	47	26	35	33	9	**585**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	1
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	8
CMA – Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	2
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI - Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC	4
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. – CDRCOOL	2
TOTAL ACUMULADO	**18**

TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES	**603**

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	572
Rejeitados	11
Prejudicados	02
TOTAL ACUMULADO	**585**

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	17
Rejeitado	1
TOTAL ACUMULADO	**18**

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimento de Urgência	83
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Informações	11
Requerimento de Autorização para Desempenho de Missão no País ou no Exterior	4
Requerimento de Sobrestamento de Matéria	1
Requerimento de Voto de Pesar	3
Requerimento de Voto de Aplauso ou Semelhante	2
Proposta de Emenda à Constituição	2
Projeto de Lei do Senado	14
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Resolução do Senado	1
Indicação	1
TOTAL ACUMULADO	**126**

RELATÓRIOS APROVADOS PELAS SUBCOMISSÕES A SEREM APRECIADOS PELA RESPECTIVA COMISSÃO (Art. 73 § 2º do RISF)

CAS - Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CASFGTS	1
TOTAL ACUMULADO	**1**

EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 3/2012-CN (PLDO/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	**CAE**	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**TOTAL**
METAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	**55**
TEXTO	13	13	13	5	39	10	22	4	3	7	10	**139**
TOTAL ACUMULADO	**18**	**18**	**18**	**10**	**44**	**15**	**27**	**9**	**8**	**12**	**15**	**194**

EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 24/2012-CN (PLOA/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	**CAE**	**CAS**	**CCJ**	**CE**	**CMA**	**CDH**	**CRE**	**CI**	**CDR**	**CRA**	**CCT**	**TOTAL**
APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	3	**41**
REMANEJA-MENTO	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	**4**
TOTAL	**4**	**4**	**5**	**4**	**4**	**3**	**4**	**6**	**4**	**4**	**3**	**45**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES
01 a 30/11/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

- **Dia 06 de novembro**

Finalidade:
Apresentação e discussão do relatório final entregue pela Comissão de Especialistas com o Objetivo de Analisar Questões Federativas - CEAQF ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RQE 40/2012, Senador Delcídio do Amaral e outros
Participante:
• **Everardo Maciel** - Relator - Comissão de Especialistas com o Objetivo de Analisar Questões Federativas - CEAQF

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que "dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional para instruir Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País".
Participantes:
• **Geraldo Ferreira Filho** - Presidente - Federação Nacional dos Médicos - FENAM
• **Renato Azevedo Júnior** - Presidente - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - Cremesp
• **Carlos Vital Tavares Corrêa Lima** - Vice-Presidente - Conselho Federal de Medicina - CFM
• **José Luiz Bonamigo Filho** - Representante - Associação Médica Brasileira – AMB

- **Dia 08 de novembro**

Finalidade:
"O desenvolvimento integral da criança da teoria à prática"
Participantes:
• **Maurice Berger** - Professor - Universidade de Lyon II (França)
• **Suzana Tereno** - Professora - Universidade Paris Descartes (França)
• **Vital Didonet** - Especialista em Educação Infantil - Assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar - Omep
• **Cláudia Siqueira** - Diretora - Instituto Sidarta (Cotia/SP)

- **Dia 21 de novembro**

Finalidade:
Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?
Participantes:
• **João Batista Oliveira** - Presidente - Instituto Alfa e Beto
• **Guiomar Namo de Mello** - Educadora

• **Fernando Abrúcio** - Cientista Político

- **Dia 22 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000".
Participantes:
• **Fernando Fernandes da Silva** - Professor de Direito Internacional - Universidade Católica de Santos UNISANTOS/SP
• **Patrícia Reis da Silva** - Coordenadora Interina da Área de Cultura - UNESCO/Brasil
• **Estevão Campelo** - Engenheiro de Pesca/PE
• **Henrique Mourão** - Coordenador de Patrimônio Cultural - Escola Superior de Advocacia Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG
• **Flávio Haruo Mathuiy** - Capitão de Mar e Guerra - Representante da Marinha do Brasil

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010, de autoria do Ex-Senador Alfredo Cotait Viana, que "Dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações e confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda" e o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas".
Participantes:
• **Andrew Parsons** - Presidente - Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB
• **Ana Moser** - Presidente - Organização não Govermamental Atletas pela Cidadania
• **José Cruz** - Jornalista e Especialista em Políticas de Esporte

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)

- **Dia 12 de novembro**

Finalidade:
Avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidade privadas sem fins lucrativos para consecução de finalidades de interesse público."
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RMA 79/2012, Senador Rodrigo Rollemberg
Participantes:
• **Vera Maria Masagão Ribeiro** - Diretora de Ação Educativa - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG
• **Antonio Alves de Carvalho Neto** - Secretário Adjunto de Planejamento - Tribunal de Contas da União - TCU
• **Diogo de Sant´Ana** - Assessor Especial - Secretaria Geral da Presidência da República

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

- **Dia 01 de novembro**

Finalidade:
Debater o suposto suicídio coletivo dos índios da etnia Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 124/2012, Senador Paulo Paim

Participantes:
• **Marco Antonio Delfino** - Procurador da República no Município de Dourados
(representante de: Déborah Duprat)
• **Marta Maria do Amaral Azevedo** - Presidente - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
• **Cléber César Buzatto** - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário
(representante de: Dom Erwin Krautler)
• **Eliseu Lopes Kaiowá** - Liderança - Atyguasú
• **Tonico Benites** - Antropólogo - Etnia Kaiowá

- **Dia 05 de novembro**

Finalidade:
Debater a questão dos quilombolas
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 104/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Luiza Helena Bairros** - Ministra de Estado - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
• **Leandro Mitidieri** - Procurador da República - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - CCR
(representante de: Déborah Duprat)
• **Alexandro Reis** - Diretor - Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
(representante de: Eloi Ferreira de Araujo)
• **Lilian Cristina Bernardo Gomes** - Professora Universitária nas áreas de Ciência Política, História e Sociologia -Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
• **César Augusto Baldi** - Mestre em Direito - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA
• **Iris Cary** - Diretora - Filme: Por um Fio
• **José Antonio Ventura** - Coordenador - Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas
• **Denildo Rodrigues Moraes** - Coordenador Nacional - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ
• **Silvany Euclênio Silva** - Secretária - Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR

- **Dia 06 de novembro**

Finalidade:
Debater atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria veiculada no programa “Fantástico”, da Rede Globo, em 14/10/2012.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 115/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Edilson Teodoro** - Advogado
• **Carlos José e Silva Fortes** - Promotor de Justiça - Curadoria da Infância e da Juventude em Divinópolis
• **Sandra Amaral** - Presidente do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa
• **Fabiana Gadelha** - Membro do Grupo de Apoio a Adoção ACONCHEGO de Brasilia
• **Janete Aparecida Silva Oliveira** - Membro - Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa
• **Maria José Coelho Rios** - Avó Adotiva
• **Juliene Fátima Alves** - Mãe Adotante

- **Dia 08 de novembro**

Finalidade:
"Debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários-PORTUS”.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 120/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Eduardo Lirio Guterra** - Presidente - Federação Nacional dos Portuários
• **Vilson Balthar Arsênio** - Presidente - União Nacional das Associações dos Participantes do Portus - UNAPPORTUS
• **Dagomar Alécio Anhê** - Coordenador-Geral de Regimes Especiais - Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC
(representante de: José Maria Rabelo)
• **Renato Barco** - Presidente - Companhia Docas do Estado de São Paulo
• **Mário Lima Júnior** - Secretário-Executivo - Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP
• **Hugo Amboss Merçon** - Diretor de Infraestrutura e Operações - CODESA - Porto de Vitória

- **Dia 19 de novembro**

Finalidade:
"Debater o fim do Fator Previdenciário, o aumento real aos aposentados e pensionistas, a desoneração da folha de pagamento e a decadência do direito à revisão de benefício previdenciário".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 129/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Agostinho Schiochetti** - Representante - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina
(representante de: Iburici Fernandes)
• **Robson de Souza Bittencourt** - Presidente - Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Minas Gerais
• **Alcides dos Santos Ribeiro** - Presidente - Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Mato Grosso do Sul
• **Aline Ribeiro** - Advogado - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP
(representante de: Pedro Luciano de Oliveira Dornelles)
• **Moacyr Roberto Tesch Auversvald** - Diretor Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
• **Warley Martins Gonçalles** - Presidente - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP
• **Lourenço Ferreira do Prado** - Presidente - Fórum Sindical dos Trabalhadores
• **João Rodrigues Filho** - Vice-Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde
(representante de: José Lião de Almeida)
• **Artur Bueno de Camargo** - Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins
• **Cid Roberto Bertozzo Pimentel** - Diretor - Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social
• **Nelson de Miranda Osório** - Vice-Presidente - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP
• **Sebastião Soares da Silva** - Secretário-Geral - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
• **Luiz Carlos Prates** - Diretor - CSP-Conlutas
• **João Pimenta** - Presidente - Federação das Associações e Departamentos Sindicais de Aposentados, Pensionistas e Inativos de Brasília, Do Distrito Federal e Da Região do Entorno - FAP-DF

- **Dia 20 de novembro**

Finalidade:
Debater a violência contra a juventude negra no Brasil.
Participantes:
• **Deise Benedito** - Diretora - Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
(representante de: Maria do Rosário Nunes)
• **Severine Macedo** - Secretária Nacional da Juventude - Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República
(representante de: Gilberto Carvalho)
• **Rurany Ester Silva** - Assessora Técnica - Departamento de Vigilância e Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde
(representante de: Alexandre Rocha Santos Padilha)
• **Marivaldo de Castro** - Secretário - Assuntos Legislativos - Ministério da Justiça
(representante de: José Eduardo Cardozo)
• **Mário Theodoro** - Secretário-Executivo - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
(representante de: Luiza Helena Bairros)
• **Ruy dos Santos Siqueira** - Professor Universitário e Filsófo
• **Sionei Ricardo Leã**o - Coordenador - Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial - COJIRA
• **Daniela Luciana Silva** - Jornalista
(representante de: Juliana César Nunes)
• Andreia Alessandra Barbosa Silva - Agente de Atendimento do Alô Senado
• **Fernando Benicio dos Santos** - Coordenador - Educação para Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
• **Antônio Testa** - Pesquisador - Universidade de Brasília - UNB
• **Fernanda de Carvalho Papa** - Coordenadora Geral de Políticas Setoriais - Secretaria Nacional de Juventude – Secretaria-Geral da Presidência da República
• **Tassia Pinho** - Assessora de Gabinete - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

• **Maria de Lourdes Teodoro** - Membro Associada - Sociedade de Psicanálise de Brasília Psicanalista
• **Thiago Cortez Costa** - Diretor Adjunto - Secretaria de Pesquisa e Opinião

- **Dia 22 de novembro**

Finalidade:
Debater a defesa da CLT e os direito trabalhistas.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 134/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **João Pedro Ferraz dos Passos** - Ex-Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho
• **Ubiraci Dantas de Oliveira** - Presidente - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
• **Marcelo Gonçalves Campos** - Auditor Fiscal do Trabalho - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
(representante de: Rosângela Silva Rassy)
• **Vivaldo Vieira Barbosa** - Advogado Trabalhista - Professor de Direito
• **Joilson Antônio Cardoso** - Secretário - Políticas e Relações Institucionais da CTB

- **Dia 26 de novembro**

Finalidade:
Debater o papel das tevês comunitárias na promoção dos direitos humanos na onda digital aberta.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 122/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Octavio Penna Pieranti** - Diretor - Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
(representante de: Paulo Bernardo)
• **Ricardo Lima** - Assessor de Relações Institucionais - Empresa Brasileira de Comunicação - EBC
(representante de: Nelson Breve)
• **Edivaldo Farias** - Presidente - Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM
• **José Roberto Schiavinato** - Vice-Presidente - Associação dos Canais Comunitários de São Paulo - ACESP
• **José Sóter** - Coordenador - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - ABRAÇO Nacional
• **Paulo Miranda** - Vice-Presidente - Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM
• **Gilberto Rios -** Coordenador Executivo da ABEPEC
(representante de: Paulo Roberto Ribeiro)
• **Antônio Vital** - Presidente - Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas - ASTRAL
• **Alice Campos** - Vice-Presidenta - Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público - FRENAVATEC
• **Felício Costa** – Jornalista - Presidente - TV comunitária de Uberaba
• **Antônio Leitão** - Coordenador - Educação Inclusiva do DF
• **Moisés Correia** - Coordenador - TV comunitária do RJ

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:
"Debater a precarização dos direitos dos trabalhadores, a terceirização e o Simples Trabalhista"
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 119/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Daniela Varandas** - Vice-Presidenta - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
(representante de: Carlos Eduardo de Azevedo Lima)
• **Paulo Luiz Schmidt** - Vice-Presidente - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA - Juiz
(representante de: Renato Henry Sant'anna)
• **José Augusto da Silva Filho** - Diretor - Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho - FENATEST
• **José Américo Leite Filho** - Diretor - Federação Brasileira de Telecomunicações - FEBRATEL
• **Vera Lêda Ferreira de Morais** - Presidente - Nova Central do Distrito Federal
• **Luís Carlos Prates** - Membro - Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas
(representante de: Antágoras Lopes)
• **Maximiliano Garcez** - Membro - Associação Latinoamericana de Advogados Laboristas

• **Marcelo Campos** - Representante - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT - Auditor Fiscal - Trabalho
• **Joilson Antônio Cardoso** - Secretário - Políticas e Relações Institucionais da CTB
• **Rosângela Silva Rassy** - Presidente - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
• **Hélio Gherardi** - Diretor Técnico do DIAP

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:
Debater a questão das terras indígenas do extremo sul da Bahia.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 137/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Adelar Cupsinki** - Representante - Conselho Indigenista Missionário - CIMI
• **Maria das Dores** - Presidente do Conselho de Caciques
• **Cacique ARUÃ** - Presidente da Federação Indígena Pataxó e Tupinambá
• **Sebastião Freire** - Presidente do Conselho de Saúde Local

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:
Debater a grave situação dos idosos, aposentados e pensionistas no Brasil.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 139/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Marçal Filho** - Deputado Federal
• **Artur Bueno de Camargo** - Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins
• **José Maria de Almeida** - Membro - Coordenação Nacional da CSP-Conlutas
(representante de: Luiz Carlos Prates)
• **Moacyr Roberto Tesch Auversvald** - Diretor Presidente - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade
• **Warley Martins Gonçalles** - Presidente - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP

- **Dia 29 de novembro**

Finalidade:
Debater o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 133/2012, Senador Paulo Paim
Participantes:
• **Martinha Clarete Dutra dos Santos** - Diretora de Políticas de Educação Especial - Ministério da Educação
(representante de: Aloizio Mercadante)
• **Acioli Antonio de Olivo** - Chefe da Assessoria Parlamentar - Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
(representante de: Marco Antonio Raupp)
• **Antônio José Nascimento Ferreira** - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
(representante de: Maria do Rosário Nunes)
• **Rosinha da Adefal** - Presidente - Frente Parlamentar do CN em Defesa dos Direitos das PcD
• **Júlia Nadler** - Estudante
• **Adinilson Marins dos Santos** - Conselheiro - Federação Nacional das APAES
(representante de: Moises Bauer)
• **Carlos Penna Brescianini** - Mestre - Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia
• **Berenice Piana de Piana** - Presidente do Grupo de Pais Mundo Azul
• **Fernando Cotta** - Diretor Presidente - Movimento Orgulho Autista Brasil
• **Willian Ferreira Cunha** - Delegado - Organização Nacional de Cegos do Brasil no DF
• **Mariana Siqueira** - Diretora de Educação - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do DF

- **Dia 29 de novembro**

Finalidade:

Para fazer uma exposição sobre o trabalho realizado entre os índios Suruwahás no Brasil no ano de 2011, com a exibição do documentário "Amazon's Ancient Trible - First Contact (Antiga Tribo da Amazônia - Primeiro Contato).
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RDH 143/2012, Senador Magno Malta
Participantes:
• **Paul Rafalle** - Jornalista
• **Bruno Dantas** - Conselheiro Nacional de Justiça representante do Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça
• **Fabiano Augusto Martins Silveira** - Conselheiro Nacional do Ministério Público
• **Alexandre José Guimarães** - Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:
Discutir a falta de combustíveis que vem atingindo o Estado do Amapá nas últimas semanas.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RQI 43/2012, Senador João Capiberibe
Participantes:
• **Dirceu Cardoso Amorelli Junior** - Superintendente de Abastecimento - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
• **Jorge Celestino Ramos** - Gerente Executivo da Área de Operações - Petrobras Distribuidora - BR
• **Guido Rogério Macedo Silveira Filho** - Gerente Geral do Jurídico - Ipiranga Produtos de Petróleo - IPIRANGA
• **Alísio Vaz** - Presidente - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - SINDICOM

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

- **Dia 08 de novembro**

Finalidade:
Discutir a "Integração da Pesquisa e Extensão Rural".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA 29/2012, Senador Waldemir Moka
Participantes:
• **Maurício Antônio Lopes** - Presidente - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
• **Valter Bianchini** - Secretario de Agricultura Familiar do - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
(representante de: Pepe Vargas)
• **Helinton José Rocha** - Diretor - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CEPLAC/MAPA
• **Julio Zoe** - Presidente - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER
• **Mendes Ribeiro Filho** - Ministro de Estado - Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

- **Dia 22 de novembro**

Finalidade:
Debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA 23/2012, Senador Benedito de Lira
- RRA 34/2012, Senador Sérgio Souza
Participantes:
• **Antônio de Pádua Rodrigues** - Diretor Presidente Interino - União da Indústria de Cana-de-açúcar -

UNICA
• **Luiz Custódio Cotta Martins** - Coordenador - Fórum Nacional Sucroenergético - FNS
• **Pedro Robério de Melo Nogueira** - Presidente - Sindicato da Indústria do Açucar e do Álcool do Estado de Alagoas - SINDAÇUCAR - AL
• **Maria Christina C. G. Pacheco** - Vice-Presidente - Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil - ORPLANA-SP
(representante de: Sr. Ismael Perina Júnior)
• **Ricardo de Gusmão Dornelles** - Diretor - Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia - DCR/MME
(representante de: Sr. Marco Antônio Martins Almeida)
• **José Gerardo Fontelles** - Secretário - Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA
(representante de: Sr. José Carlos Vaz)

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que "Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA 36/2012, Senador Sérgio Souza
Participantes:
• **Cristiane Zulivia de Andrade Monteiro** - Superintendente Adunta - Biocombustíveis e Qualidade de Produtos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SBQP/ANP
(representante de: Srª Magda Maria de Regina Chambriard)
• **Francesco Gianetti** -Assessor Jurídico - União da Indústria de Cana-de-Açucar - UNICA
(representante de: Sr. Antônio de Pádua Rodrigues)
• **Juan Diego Ferres** -Presidente - Conselho Superior da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene - UBRABIO
• **Miguel Nery** - Gerente de Projetos - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI
(representante de: Sr. Mauro Borges Lemos)
• **Júlio César Minelli** -Diretor Superintendente - Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil – APROBIO

- **Dia 29 de novembro**

Finalidade:
Debater a situação das rodovias brasileiras utilizadas para escoamento da produção agrícola.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RRA 28/2012, Senadora Ana Amélia e outros
Participante:
• **Marcelo Perrupato e Silva** - Secretário - Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes
(representante de: Sr. Paulo Sérgio Passos)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:
Debater a participação do Senado Federal, bem como o atual estado do processo conduzido pela UIT e a forma de trabalho a ser seguida internamente, no processo de formulação da posição brasileira na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais WCIT.
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RCT 31/2012, Senador Walter Pinheiro e outros
Participantes:
• **Luiz Cesar Gasser** - Chefe da Divisão de Negociações e Serviços - Ministério das Relações Exteriores - MRE
• **Jeferson Fued Nacif** - Chefe da Assessoria Internacional (AIN) - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

• **Carlos Duprat** - Diretor Executivo - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL
• **Nelson Wortsman** - Diretor de Infraestrutura e Convergência Digital - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. - BRASSCOM

- **Dia 28 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, que "autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RCT 24/2012, Senador Valdir Raupp
Participantes:
• **Adriana Diaféria** - Diretora Executiva - Grupo Farmabrasil
• **José Alberto Machado** - Coordenador de Sociedade, Ambiente e Saúde - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
• **Júlio César Castelo Branco Reis Moreira** - Diretor de Patentes - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
• **Mercedes Maria da Cunha Bustamante** - Diretora do Departamento de Políticas e Programas Temáticos - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
• **Roberto Cavalcanti** - Secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) - Ministério do Meio Ambiente - MMA
• **Diana Jungmanm** - Especialista de Desenvolvimento Industrial - Confederação Nacional da Indústria - CNI

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

- **Dia 07 de novembro**

Finalidade:
Discussão de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012.
Participantes:
• **Paulo César Magalhães Domingues** - Diretor do Departamento de Planejamento Energético - Ministério de Minas e Energia - MME
• **Luis Fernando Badanhan** - Coordenador Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético - Ministério de Minas e Energia - MME
• **Kátia Matsumoto Tancon** - Chefe da Assessoria Sócioambiental do Ministro dos Transportes
• **Guilherme Franco Netto** - Diretor do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador - DSAST - Ministério da Saúde - MS
• **Sérgio Leitão** - Diretor de Campanhas do Greenpeace - Organização Não Governamental - ONG
• **Aguiar Gonzaga Vieira da Costa** - Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana - SEMOB - Ministério das Cidades

- **Dia 13 de novembro**

Finalidade:
Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:
1. Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia;
2. Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação; e
3. Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono - Plano MBC.
Participantes:
• **Beatriz Martins Carneiro** - Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção Coordenadora-Geral - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
• **Demétrio de Toledo Filho** - Coordenador Substituto de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do MDCI

- **Dia 21 de novembro**

Finalidade:

Audiência pública destinada a acompanhar as ações relativas à mudança do clima no bioma Amazônia.

Participantes:

• **Paulo Moutinho** - Diretor Executivo - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

• **Juliana Simões** - Diretora - Ministério do Meio Ambiente - MMA

- SUBCOMISSÕES -

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC (CI)

- **Dia 27 de novembro**

Finalidade:

Debater as ameaças de paralisação no setor aéreo neste final de ano, motivadas por inúmeros descontentamentos entre as categorias do setor, que nos anos anteriores (2010 e 2011), provocaram sérios transtornos aos passageiros e à segurança do sistema de aviação civil, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2012 - CISTAC.

Participantes:

• **Antonio M. Espósito Neto** - Coordenador Geral de Acompanhamento de Mercado do Departamento de Regulação e Concorrência - Secretaria de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC

(representante de: Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR)

• **Ricardo José Macedo de Britto Pereira** - Procurador Regional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho – MPT

(representante de: Luís Antônio Camargo de Melo)

• **Paulo Licati** - Presidente da Comissão de Fadiga - Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil - ABRAPAC

(representante de: Rogério Aguirres)

• **Graziella Baggio** - Secretária de Assuntos Previdênciários - Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA

• **Odilon Junqueira -** Consultor de Recursos Humanos - Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS), COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA), COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR) E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 08 de novembro**

Finalidade:

Debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 293/2012 que dispõe sobre "Normas Gerais referentes a aspectos das Políticas Urbana, Ambiental e de Saúde associadas à instalação de Infraestrutura de Telecomunicações no País".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 33/2012, Senador Eduardo Braga
- RAS 60/2012, Senador Eduardo Braga e outros

- RDR 23/2012, Senador Eduardo Braga
- RMA 90/2012, Senador Eduardo Braga e outros

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):
- PLS 293/2012, Senador Vital do Rêgo

Participantes:
• **Artur Coimbra** - Diretor do Departamento de Banda Larga - Ministério das Comunicações - MiniCom
• **Antonio Carlos Valente da Silva** - Presidente - TELEBRASIL - TELEBRASIL
• **Érica Diogo Castilho** - Coordenadora Geral de Bens Imóveis - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
• **José Mauro de Lima** - Consultor Jurídico - Ministério do Meio Ambiente - MMA
• **Bruno de Carvalho Ramos** - Superintendente de Serviços Privados - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
• **Letícia Miguel Teixeira** - Gerente de Projetos Substituta da Diretoria de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano - Ministério das Cidades

---

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

- **Dia 20 de novembro**

Finalidade:

Debater as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras.

Requerimento(s) de realização de audiência:
- RQI 42/2012, Senador Aécio Neves
- RQI 47/2012, Senador Eduardo Braga e outros
- RQE 39/2012, Senador Eduardo Braga e outros

Participante:
• **Márcio Pereira Zimmermann** - Secretário-Executivo - Ministério de Minas e Energia – MME

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE),
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA),
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CMO)
E COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Dia 22 de novembro**

Finalidade:

Exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9°, § 5°, da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Observações: a reunião foi realizada em conjunto, também, com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Participante:
• **Alexandre Tombini** - Presidente - Banco Central do Brasil

---

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

- **Dia 29 de novembro**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências".

Requerimento(s) de realização de audiência:
- RQE 42/2012, Senador José Pimentel e outros

- RCE 52/2012, Senadora Ana Amélia e outros
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):
- PLC 103/2012, Presidente da República
Participante:
• **Aloizio Mercadante** - Ministro de Estado - Ministério da Educação – MEC

- **Dia 29 de novembro**

Finalidade:
Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências".
Requerimento(s) de realização de audiência:
- RQE 41/2012, Senador José Pimentel e outros
- RQE 43/2012, Senador Inácio Arruda e outros
- RCE 51/2012, Senadora Ana Amélia e outros
- RCE 54/2012, Senadora Ana Amélia
- RQE 48/2012, Senador Randolfe Rodrigues
Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):
- PLC 103/2012, Presidente da República
Participantes:
• **Célia Maria Vilela Tavares** - Presidente - Região Sudeste - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime
(representante de: Cleuza Rodrigues Repulho)
• **Arnaldo Augusto Ciquielo** - Reitor - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
(representante de: Denio Rebello Arantes)
• **Daniel Iliescu** - Presidente - União Nacional dos Estudantes - UNE
• **Daniel Cara** - Coordenador Geral - Campanha Nacional pelo Direito à Educação

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 115/2011 - Altera o inciso VI do art. 50 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº1-CCJ (Substitutivo). (NT)	**CCJ**	**28/11**
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 150/2005 – Complementar - Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. Tramita em conjunto **PLS 90/2007 – Complementar -** Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. Tramita em conjunto **PLS 21/2011 – Complementar** - Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.	Aprovado o parecer, favorável ao PLS nº 150/2005 - Complementar, nos termos do substitutivo, e pela prejudicialidade dos demais. (NT)	**CMA**	**06/11**
PLS 73/2007 - Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.	Aprovado o Projeto nos termos da emenda nº 2-CRA/CCJ/CMA (Substitutivo). (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 242/2007 – Complementar - Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Tramita em conjunto **PLS 481/2007 – Complementar** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 242, de 2007 - Complementar, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos demais projetos. (NT)	**CE**	**06/11**

Tramita em conjunto

PLS 701/2007 – Complementar - Altera o § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir a atividade de corretagem de seguros no Simples Nacional.

Tramita em conjunto

PLS 467/2008 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Tramita em conjunto

PLS 90/2010 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Tramita em conjunto

PLS 105/2011 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Tramita em conjunto

PLS 344/2011 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Tramita em conjunto

PLS 136/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional.

PLS 438/2007 - Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.	Aprovado o Projeto com a emenda nº 2-CMA. (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 523/2007 - Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CRA**	**01/11**
PLS 632/2007 - Estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	**CAE**	**13/11**
PLS 142/2008 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.	O Substitutivo (Emenda nº 2-CDR-CAS) é definitivamente adotado. (T)	**CAS**	**07/11**

	(Turno Suplementar)		
PLS 150/2008 - Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA).	Aprovado o parecer, pela rejeição. (NT)	**CAE**	**13/11**
PLS 206/2008 - Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CAE**	**20/11**
PLS 239/2008 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CAE**	**27/11**
PLS 474/2008 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. (T)	**CAS**	**21/11**
PLS 122/2009 – Complementar - Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**07/11**
PLS 183/2009 - Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.	Aprovado o parecer, favorável, com a emenda nº 2-CMA. (NT)	**CMA**	**06/11**
PLS 394/2009 - Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e à Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da FIFA, seleções e atletas participantes.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade. (NT)	**CE**	**27/11**
PLS 581/2009 - Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 78/2010 - Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CAS**	**21/11**
PLS 264/2010 - Dispõe sobre a Equoterapia.	O Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) é definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)	**CAS**	**07/11**
PLS 162/2010 – Complementar - Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ	**CCJ**	**14/11**

	(Substitutivo). (NT)		
PLS 287/2010 - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica.	Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	**CRA**	**07/11**
PLS 118/2011 - Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 149/2011 - Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.	Aprovado o Projeto. (T)	**CAE**	**27/11**
PLS 165/2011 - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.	Rejeitado o Projeto. (T)	**CAS**	**28/11**
PLS 212/2011 - Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. (NT)	**CCJ**	**07/11**
PLS 230/2011 - Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAS-CAE. (T)	**CAE**	**13/11**
PLS 278/2011 - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo. Tramita em conjunto com **PLS 609/2011** - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir crédito, em favor do passageiro, da franquia de bagagem não utilizada.	Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 278/2011 e contrário ao PLS nº 609/2011. (NT)	**CAE**	**27/11**
PLS 280/2011 - Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 368/2011 - Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a competência da Polícia Federal para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da internet, quando tiver repercussão interestadual.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. (T)	**CCJ**	**14/11**
PLS 408/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do	O Substitutivo (Emenda nº 2-CAS)	**CAS**	**07/11**

Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.	é definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)		
PLS 438/2011 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs1 e 2-CAS-CRA e nº 3-CRA. (NT)	**CRA**	**01/11**
PLS 444/2011 - Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.	Aprovado o Projeto, na forma da emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 515/2011 - Modifica o inciso II do § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e altera a alínea t do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para desonerar o empregador das despesas com a educação dos seus empregados. Tramita em conjunto com **PLS 530/2011** - Altera o art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta a alínea z ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para considerar como de caráter indenizatório as despesas com a educação mantidas pelo empregador e desonerá-las de contribuição social.	Aprovado o parecer favorável ao PLS 515, de 2011, na forma do Substitutivo e pela prejudicialidade do PLS 530, de 2011. (NT)	**CE**	**13/11**
PLS 566/2011 - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CE, com a Subemenda nº 1-CAE, e a Emenda nº 2-CE-CAE. (T)	**CAE**	**13/11**
PLS 590/2011 - Altera o art. 1.211-B do Código de Processo Civil e o art. 71 do Estatuto do Idoso, para fixar prazos para o julgamento dos processos judiciais em que figure maior de sessenta anos de idade ou portador de doença grave e para garantir a observância à prioridade de tramitação desses feitos.	Aprovado o parecer favorável com duas emendas de redação. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 591/2011 – Complementar - Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRA**	**21/11**
PLS 615/2011 - Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre o valor da anuidade devida aos Conselhos Regionais de Medicina.	Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (T)	**CAS**	**21/11**

PLS 626/2011 - Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRA**	**01/11**
PLS 658/2011 - Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 687/2011 - Cria o Fundo de Incentivo à Geração de Emprego no Setor de Ecoturismo - FUNGECO.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDR**	**21/11**
PLS 700/2011 - Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que aufiram renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 736/2011 – Complementar - Altera os arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1 –CAE. (NT)	**CAE**	**27/11**
PLS 24/2012 - Altera o art. 228 da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCJ**	**14/11**
PLS 45/2012 - Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRA. (NT)	**CRA**	**01/11**
PLS 62/2012 – Complementar - Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CE**	**27/11**
PLS 65/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDR**	**21/11**
PLS 66/2012 - Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.	Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA. (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 67/2012 - Inclui parágrafo único no art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código	Aprovado o parecer	**CE**	**06/11**

de Trânsito Brasileiro, para vedar a utilização de veículos com mais de dez anos de fabricação na condução coletiva de escolares.	favorável. (NT)		
PLS 76/2012 - Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5° do art. 150 da Constituição Federal.	Aprovado o Projeto, com as emendas nº 1-CAE/CMA e nº 2, 3 e 4-CMA. (T)	**CMA**	**27/11**
PLS 82/2012 - Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº1-CCJ. (T)	**CCJ**	**14/11**
PLS 93/2012 - Altera o caput do art. 17 da Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5° da Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.	Aprovado o parecer, pela rejeição. (NT)	**CMA**	**06/11**
PLS 113/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.	Aprovado o parecer favorável, com uma emenda que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 118/2012 - Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	**CMA**	**13/11**
PLS 147/2012 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para dispor sobre a adaptação dos veículos utilizados no transporte coletivo aos requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 150/2012 - Altera o caput do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor da Aposentadoria por invalidez.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	**CAS**	**07/11**
PLS 152/2012 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao dos medicamentos genéricos.	Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. (T)	**CAS**	**07/11**
PLS 156/2012 - Reduz a zero as alíquotas da	Aprovado o parecer	**CRA**	**21/11**

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.	favorável, com a Emenda nº 1-CRA. (NT)		
PLS 196/2012 - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Bolsa Família as famílias de pessoas acometidas por neoplasia maligna.	Aprovado o Projeto. (T)	**CAS**	**07/11**
PLS 204/2012 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRA**	**21/11**
PLS 206/2012 - Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs 01 e 02-CDR. (NT)	**CDR**	**21/11**
PLS 207/2012 - Cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários (FNAS) e dá outras providências.	Aprovado o parecer, favorável, com a emenda nº 1-CMA. (NT)	**CMA**	**06/11**
PLS 212/2012 - Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providencias.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CRA. (T)	**CRA**	**01/11**
PLS 219/2012 - Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior, aos candidatos reconhecidamente pobres na forma da lei, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Substitutivo. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 231/2012 - Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº. 01 – CCT (Substitutivo). (NT)	**CCT**	**21/11**
PLS 238/2012 - Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDR**	**21/11**
PLS 251/2012 - Dispõe sobre a validade de laudo de exame médico-pericial de pessoa com deficiência permanente.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do Substitutivo. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLS 259/2012 - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro	Aprovado o parecer	**CI**	**22/11**

de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves em favor das pessoas que especifica.	favorável, com as Emendas n°s 01, 02, e 03 - CI. (NT)		
PLS 334/2012 - Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto Sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos pelas instituições de formação de condutores.	Aprovado o Projeto. (T)	**CAS**	**28/11**
EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – ECD			
ECD 168/2011 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Aprovado o parecer favorável às Emendas. (NT)	**CAS**	**21/11**
	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº1-CCJ (Substitutivo). (NT)	**CDH**	**28/11**
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD			
SCD 229/1995 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Substitutivo. (NT)	**CI**	**22/11**
SCD 163/2000 - Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU.	Aprovado o parecer favorável ao Substitutivo. (NT)	**CRA**	**01/11**
SCD 253/2009 - Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável ao Substitutivo. (NT)	**CAS**	**28/11**
PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC			
PLC 27/2007 - Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.	Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	**CCJ**	**28/11**
PLC 132/2008 – Complementar - Altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, acrescentando § 6º ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.	Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE. (NT)	**CAE**	**27/11**
PLC 41/2009 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados. Tramita em conjunto com **PLS 168/2007** - Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a	Aprovado o parecer favorável ao PLS 168/2007, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutiva), e pela prejudicialidade dos demais. (NT)	**CRA**	**21/11**

extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial. Tramita em conjunto com **PLS 163/2009** - Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial. Tramita em conjunto com **PLS 219/2009** - Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento. Tramita em conjunto com **PLS 325/2009** - Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Tramita em conjunto com **PLS 389/2009** - Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Tramita em conjunto com **PLS 390/2009** - Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte. Tramita em conjunto com **PLS 392/2009** - Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências.			
PLC 18/2010 - Modifica a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. (Restringe a aplicação dos recursos dos Fundos à região onde foram contratadas as operações).	Aprovado o parecer, pela rejeição. (NT)	**CAE**	**20/11**
PLC 42/2010 - Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**28/11**

correrão a expensas da concessionária.			
PLC 121/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CI-CAS. (T)	**CAS**	**21/11**
PLC 165/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública.	Aprovado o parecer favorável, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). (NT)	**CAS**	**07/11**
PLC 15/2011 - Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo - Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
PLC 28/2011 - Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.	Aprovado o Parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**21/11**
PLC 56/2011 - Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**28/11**
PLC 85/2011 - Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.	Aprovada a Emenda nº 1-CAE-CRA (Substitutivo). (T) O Substitutivo é definitivamente adotado. (T) (Turno Suplementar)	**CRA** **CRA**	**01/11** **21/11**
PLC 87/2011 - Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências. Tramita em conjunto com **PLS 329/2011** - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais.	Aprovado o PLC nº 87, de 2011. Fica prejudicado o PLS nº 329, de 2011. (T)	**CCJ**	**28/11**
PLC 97/2011 - Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	**CCJ**	**07/11**
PLC 113/2011 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004. Tramita em conjunto com **PLS 393/2011** - Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e	Aprovado o Projeto, nos termos da emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Fica prejudicado o PLS nº 393/2011. (T)	**CMA**	**27/11**

serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.			
PLC 3/2012 - Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLC 45/2012 - Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**28/11**
PLC 54/2012 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDH**	**21/11**
PLC 60/2012 - Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.	Aprovado o Projeto e a Emenda nº1-CCJ, de redação. (T)	**CCJ**	**14/11**
PLC 77/2012 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES).	Aprovado o parecer favorável ao Projeto. (NT)	**CCJ**	**07/11**
PLC 90/2012 - Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRA**	**21/11**
	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**29/11**
PLC 92/2012 - Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CCJ**	**14/11**
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS			
PDS 409/2011 - Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO CONTEMPORÂNEA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 222/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E JORNAIS DO CEARÁ S.A. para	Aprovado o Projeto.	**CCT**	**21/11**

explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	(T)		
PDS 250/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUB DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 255/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao SISTEMA CUMBICA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 273/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALIANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 287/2012 - Aprova o ato que outorga autorização ao CONSELHO CULTURAL E ARTÍSTICO PEDRAS BRANCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 289/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES, RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 293/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVA ERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 294/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CORUMBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 296/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FELICIDADE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 300/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAIZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 301/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO JOCKEY CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 302/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORDEIRENSE para	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Cordeiros, Estado da Paraíba.			
PDS 304/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO JOÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São João, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 306/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM PRIMAVERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatiguá, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 307/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS RADIODIFUSORES DE CAMBIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambira, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 308/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PEDRA LAVRADA - ACRPL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 309/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIODIFUSÃO CIDADE DE PALMITAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmital, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 310/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Colombo, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 311/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 313/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 315/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LONDRINA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 317/2012 – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAMARATY LTDA.para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 318/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DO RIO DE JANEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

PDS 319/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 321/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 327/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPERIAL FM DE PEDRO II LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em requência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 329/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE MIGUEL PEREIRA - ARCOMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 330/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPARSOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 331/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIAÇU – RÁDIO CIDADE DE IPIAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiaçu, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 333/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ALTO PIQUIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 335/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E SOCIAL DE NATALÂNDIA (ACESNA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 338/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 339/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO BEM ESTAR SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL SANTANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 340/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.P.S. RÁDIO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

Sul.

PDS 341/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA SÃO SEBASTIÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 342/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIBUNA DE PETRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 343/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA BOAS NOVAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 344/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA IMAGEM DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 346/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 347/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO LIDERBRASIL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 352/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 353/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PEDRA D'ÁGUA - ARCPD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seridó, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 354/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VALE DOS SINOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 355/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à LAMOGLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 356/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SOCIAL E PRESERVACIONISTA DE	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

MOCAJUBA – ADECOSPEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocajuba, Estado do Pará.			
PDS 360/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 361/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 362/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JOSÉ NUNES CALDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solidão, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 363/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA MELHOR IDADE (ARMI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 364/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO ALTO DA PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 365/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO PARMA ATLÉTICO CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 370/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 371/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 31 DE MARÇO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 372/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV MAÍRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 374/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 376/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à IBIAÇÁ COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

cidade de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul.			
PDS 378/2012 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LUTH LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 379/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 381/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montanha, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 387/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAMPOS FLORIDOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapoti, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 388/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à 102 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 389/2012 - Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA SINTONIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 390/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à A. L. COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 392/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à FM RUBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 393/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 394/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL JARDIM REPRESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 397/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO HIT PARADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parati, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 398/2012 – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GAZETA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**

PDS 400/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GETSÊMANE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 403/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 404/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARAXAENSE DAS DONAS DE CASA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 405/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BAHIA NORDESTE DE PAULO AFONSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 429/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL TEMPO DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 436/2012 - Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 437/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 440/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV SERRA DOURADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 448/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	**CCT**	**21/11**
PDS 523/2012 - Aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
PDS 537/2012 - Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fun-damental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**29/11**

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO – PRS			
PRS 9/2012 - Denomina “Plenário Rui Barbosa” o Plenário do Senado Federal.	Aprovado o parecer, com a emenda nº 1-CE. (NT)	**CE**	**13/11**
PRS 50/2012 - Denomina "Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima" o espaço físico do Senado Federal onde funciona o Programa Interlegis.	Aprovado o parecer, com a emenda nº 1-CE. (NT)	**CE**	**20/11**
REQUERIMENTO “SF” – RQS			
RQS 886/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado ao artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para chefiar delegação em viagem à China, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 893/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, atendendo ao convite do embaixador da República Popular da China, a fim de participar da delegação que representará o Senado em viagem àquele País.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 904/2012 - Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 26 de novembro de 2012, a fim de participar de Missão Parlamentar na República Popular da China, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 905/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, a fim de integrar delegação em viagem à República Popular da China.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 911/2012 - Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 921/2012 - Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, com ônus para esta Casa, para ausentar-se do país no período de 14 a 26 de novembro de 2012, para, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil, participar da delegação em viagem à China.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**
RQS 932/2012 - Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**08/11**

Casa, no período de 14 a 26 de novembro de 2012, quando estará participando de Missão Parlamentar à República Popular da China.			
RQS 933/2012 - Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação que irá representar o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), à realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 934/2012 - Requer, nos termos do art. 39 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), como representante desta Casa, a realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 939/2012 - Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 9 de dezembro do corrente ano, quando participará como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas da COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, em Doha, Qatar.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 942/2012 - Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012, com vistas a participar, como membro da delegação oficial da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Qatar.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 943/2012 - Requer, nos termos do art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para a Casa, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlatino, da Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, república do Panamá.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 944/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, na República do Panamá.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 967/2012 - Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com art. 39, inciso I, e o	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**

disposto no art. 40, § 10, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro de 2012, para participar da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), nos termos do requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.			
RQS 978/2012 - Requer, nos termos do art. 55, inciso III da Constituição Federal, c/c os arts. 39 e 40, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 04 a 08 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, da Audiência Parlamentar Anual da sede das Nações Unidas, que se realizará na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**22/11**
RQS 1007/2012 - Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, a fim de representar o Senado Federal na 7ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Humanidade, a realizar-se no dia 5 dezembro de 2012, em Paris, França, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 4 a 7 de dezembro de 2012.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CRE**	**29/11**
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFS			
PFS 8/2005 – Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES.	Aprovado o parecer pelo envio de cópia da matéria à CAE e posterior arquivamento. (NT)	**CMA**	**13/11**
MENSAGEM – MSF			
MSF 67/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**22/11**
MSF 68/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**08/11**
MSF 71/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**08/11**

de San Marino e à República de Malta.

MSF 72/2012 – Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**22/11**
MSF 95/2012 - Solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de até 300.0000.000,00 EUR (trezentos milhões de euros), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais - CRC-CEMIG".	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**07/11**
MSF 96/2012 - Solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro".	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**07/11**
MSF 97/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a financiamento parcial o "Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS".	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**07/11**
MSF 98/2012 – Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**29/11**
MSF 100/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido.	Aprovada a indicação. (NT)	**CCJ**	**28/11**
MSF 101/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.	Apreciada a Mensagem. (NT)	**CRE**	**29/11**

OFÍCIO "S"– OFS

OFS "S" 13/1999 - Encaminha ao Senado Federal, cópias da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, do Parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, bem como versão dos registros taquigráficos do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da referida Lei.	Aprovado o parecer pelo arquivamento. (T)	**CCJ**	**07/11**
OFS "S" 22/1998 - Encaminha ao Senado Federal, copia da certidão de trânsito em bem assim do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, do estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º (sétimo), e seus incisos I e II da lei 6989, de 1966, do município de São Paulo, com a redação que lhe deu a lei 11152, de 30 de dezembro de 1991.	Aprovado o parecer pelo arquivamento. (T)	**CCJ**	**07/11**
OFS "S" 24/2012 - Solicita a prorrogação do prazo de exercício da Resolução n° 59/2010, do Senado Federal, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares americanos), por mais 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de 1º de julho de 2012.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS apresentado. (NT)	**CAE**	**27/11**
OFÍCIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – OCS			
OCS 2/2012 - Solicita instruções de procedimento em face da anexa manifestação do sindicato dos médicos do Rio de Janeiro.	Aprovado o parecer pelo arquivamento. (NT)	**CAS**	**28/11**
AVISOS – AVS			
AVS 37/2011 - Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	**CRA**	**01/11**
AVS 82/2011 - Encaminha cópia do Acórdão nº 2520, de 2011, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente a critérios de rateios dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (TC 026.127/2010-5).	Aprovado o parecer favorável. (NT)	**CDR**	**21/11**
AVS 15/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT)	**CRA**	**21/11**
AVS 18/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento. (NT).	**CRA**	**21/11**

aplicadas por órgãos e entidades federais (TC 022.631/2009-0).			
AVS 20/2012 - Encaminha o Relatório anual das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2011.	Aprovado o parecer pelo arquivamento; e aprovação de requerimento de realização de audiência pública. (NT)	**CMA**	**06/11**
AVS 36/2012 - Encaminha cópia de Recurso de Reconsideração, interposto pelo Banco Central do Brasil - Bacen, contra o Acórdão 7.706/2010 - TCU - 1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 - TCU - 1ª Câmara, acerca de Prestação de Contas do BACEN referente ao exercício de 2006 (TC 019.638/2007-2).	Aprovado o parecer, pelo conhecimento da matéria e por providências a serem tomadas junto a outros Órgãos. (NT)	**CMA**	**13/11**
AVISOS DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – AVS CMA			
AVS CMA 6/2012 - Copa do mundo de 2014. Determinação para realização de levantamento para avaliar o panorama das ações de governo para o Mundial nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo.	Aprovado o parecer pelo arquivamento da matéria. (NT)	**CMA**	**13/11**
AVS CMA 15/2012 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 1404, de 2012 - TCU - Plenário, referente ao processo de internalização, nas políticas públicas nacionais, dos objetivos e compromissos assumidos pelo Brasil em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 - (TC 034.633/2011-1).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria e pela apresentação de Requerimentos de Informações; e aprovação de um Requerimento de Audiência Pública. (NT)	**CMA**	**13/11**
AVS CMA 17/2012 - Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1977 de 2012 - TCU - Plenário, referente ao relatório de acompahamento destinado à avaliação do cumprimento do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº 62/2010, que disciplina a inserção e atualização de dados e documentos no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	**CMA**	**13/11**
AVS CMA 21/2012 - Encaminha cópia do Acórdão 2381/2012 - TCU - Plenário, acompanhamento do Relatório e do Voto que o fundamentam, para avaliar a regularidade dos procedimentos de concessão de financiamento e desembolso, por parte da Caixa Econômica Federal, referente às obras de mobilidade urbana na cidade de Recife, relacionadas com o evento Copa do Mundo de Futebol de 2014(TC 006.352/2012-0).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	**CMA**	**06/11**
SUGESTÃO (SUG)			
SUG 3/2008 - Sugere legislação para a "criação de uma Comissão de Indenização aos DENAEB - Descendentes	Aprovado o parecer favorável, nos termos	**CDH**	**21/11**

de Negros Africanos Escravizados no Brasil, para que através desta Comissão sejam recebidos os pleitos de todos aqueles descendentes de negros africanos escravizados no Brasil, para que após análise e atendidos os requisitos a serem previamente estabelecidos sejam indenizados", na forma da lei.	do PLS que apresenta. (NT)		
SUG 3/2009 - Acrescenta art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados nas empresas de abate e processamento de carnes (frigoríficos) avícolas.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 2/2010 - Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta.(NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 7/2011 - Dá nova redação ao art. 225 da Constituição Federal, para atribuir ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica e tornar crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 8/2011 - Proibe a utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**28/11**
SUG 10/2011 - Altera as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2011, para tornar obrigatória, na televisão, rádio, TV por assinatura e cinema, a veiculação de mensagens de cunho educativo e cultural, bem como de conteúdo de utilidade pública.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 13/2011 - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para inserir entre as condicionalidades do Programa a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 15/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 19/2011 - Dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 22/2011 - Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a dedução de saldo devedor junto ao Fundo pelo exercício de função pública. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**

SUG 1/2012 - Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação, para prever a hipótese de desapropriação de imóvel industrial em descumprimento com a função social da propriedade.	Aprovado o parecer favorável, na forma do PLS que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**
SUG 6/2012 - Altera os arts. 24 e 37 da Constituição Federal, para prever a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.	Aprovado o parecer favorável, na forma da PEC que apresenta. (NT)	**CDH**	**21/11**

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comisão de Assuntos Sociais
CCJ– Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura E Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem "SF"
REC – Recursos
OFS "S"– Ofício "SF"
OCS - OFS "CAS" - Ofício da Comissão de Assuntos Sociais
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS "CMA" - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 30/11/2012

COMISSÕES TEMPORÁRIAS												
Nome	**Ano**	**Reuniões**	**Req. Apresentados**	**Req. Apreciados**	**Doc. Recebidos**	**Proposições**					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	**2011**	4									Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 18/06/2012
	2012	20									
	Total	24									
QUESTÕES FEDERATIVAS (ESPECIALISTAS) RQS 25/2012	**2012**	11									Relatório Parcial apresentado em 1º/10/2012
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	**2012**	5	5	4							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	**2012**	4	9	9							
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	**2012**	3	4	4							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	**Ano**	**Reuniões**	**Req. Apresentados**	**Req. Apreciados**	**Doc. Recebidos**	**Proposições**					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	**2011**	20	127	127	112				1		Relatório Parcial aprovado em 21.12.2011
	2012	13	101	101	33				-		
	Total	33	228	228	145				1		
ECAD RQS 547/2011	**2011**	16	147	141	96				-		Comissão encerrada e Relatório Final aprovado em 26.04.2012
	2012	3	-	-	3				1		
	Total	19	147	141	99				1		

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI											
Nome	**Ano**	**Reuniões**	**Req. Apresentados**	**Req. Apreciados**	**Doc. Recebidos**	**Proposições**					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	**2012**	32	744	742	320						
OPERAÇÕES VEGAS E MONTE CARLO RQN 1/2012	**2012**	35	1231	593	1675						

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	4
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	3
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	2
Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	1
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	4
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	21
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo (CPMIVEGAS)	23
TOTAL	**58**

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL (CJECP)

- **Dia 24 de fevereiro em São Paulo/SP**

Finalidade:
Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Vida” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.
Participantes:

- **Ricardo Garisio Sartori** - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- **Fernando Grella Vieira** - Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
- **Luiz Flávio Borges D’Urso** - Presidente da Ordem dos Advogados de Brasil, Seção São Paulo.

- **Dia 23 de março**

Finalidade:
Debates sobre o Capítulo "Dos Crimes Contra a Administração Pública" com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.
Participantes:

- **Henrique de Sousa Lima -** Representante da Controladoria Geral da União –CGU;
- **Antônio Davi -** Advogado da União;
- **José Robalinho Cavalcante -** Procurador da República;
- **Tércio Issami Tokano -** Advogado da União - Diretor Substituto do Departamento de Patrimônio e Probidade;
- **João Alberto Simões Pires Franco -** Defensor Público Federal;
- **Reynaldo Soares da Fonseca -** Desembargador Federal - Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
- **Adalberto Jorge Xisto Pereira -** Desembargador Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros-AMB;
- **Luís Maximiliano Lael Telesca Mota -** Secretário-Geral Adjunto - Representante OAB/DF;
- **Cláudia Chagas -** Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Dermeval Farias Gomes Filho -** Promotor de Justiça do MPDFT - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Mohamed Ale Hasan Mahmoud -** Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM;
- **Clayton Silva Germano -** Promotor de Justiça - Representante do CONAMP;
- **Crista Correa -** Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção;
- **Leonardo Araújo Marques -** Promotor de Justiça - Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG;
- **Roberto Biasoli -** Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – DRCI;
- **José Ildomar Uberti Minuzzi -** Auditor Fiscal - Coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal – COPEI;
- **Marcos Martins Davidovich -** Procurador Federal - Representante da Comissão de Valores Mobiliários;
- **Thiago Bottino -** Coordenador da Escola de Direito da FGV;
- **Bolívar Steinmetz -** Delegado Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – DPF;
- **Sebastião José Lessa -** Delegado Representante da ADEPOL/Brasil;
- **Fernando dos Santos Carneiro -** Representante da sociedade civil.

- **Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ**

Finalidade:
Debates sobre novos tipos penais.
Participantes:

- **José Mariano Beltrame –** Secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro;
- **Cláudio Soares Lopes –** Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro;
- **Paulo Melo –** Deputado Estadual do Rio de Janeiro
- **Leila Marian -** Desembargadora;
- **Manuel Alberto Ribeiro dos Santos -** Desembargador;

- **Dia 18 de maio em Porto Alegre/RS**

Finalidade:
Debates sobre o tema: "Parte Geral do Código Penal e outros temas correlatos".
Participantes:

- **Marcelo Bandeira Pereira –** Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- **Airton Michels –** Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul;
- **Pio Giovani Dresch –** Presidente da AJURIS
- **Alberto Delgado Neto –** Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- **Ronaldo Barão Castro e Silva –** Vice-Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- **Davi Medina da Silva –** Promotor da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul;
- **Alexandre Wunderlich –** Professor da Faculdade de Direito da PUC/RS.
- **Miki Breier –** Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO PENAL (CTRCP)

- **Dia 14 de agosto**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Gilson Dipp** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- **José Muiños Piñeiro** – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- **Luiz Flávio Gomes** – Professor de Direito.

- **Dia 21 de agosto**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior** – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Taís Schilling Ferraz** – Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público
- **Fernando Fragoso** – Advogado..

- **Dia 04 de setembro**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)

- **Dia 16 de outubro**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça;
- **Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin** – Ministro do Superior tribunal de Justiça.

- **Dia 06 de novembro**

Finalidade:
Discutir proposta que dispõe sobre comércio eletrônico.
Participantes:
- **Leonardo Augusto Palhares** – Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico;
- **Guilherme Rosa Varella** – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
- **Renan Bueno Ferraciolli** – Assessor-Chefe da Diretoria Executiva da Fundação PROCON/SP;
  Marcel Leonardi – Diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil Internet Ltda;
- **Carol Conway** – Diretora da Assessoria Jurídica da Associação Brasileira de Internet – ABRANET;
- **Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer** – membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor.

CPI do ECAD (CPIECAD)

- **Dia 26 de março em São Paulo/SP**

Finalidade:
Exposições acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Sandra Véspoli -** Autora do Livro "O Outro Lado do ECAD";
- **Carlos Mendes -** Presidente do Sindicato de Compositores de São Paulo;
- **Marcello Nascimento -** Representante do ECAD;
- **Paulo Celso Lui -** Representante da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:
Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.
Participantes:
- **Luis Vanderlei Pardi –** Delegado de Polícia Federal.

- **Dia 28 de maio em Natal/RN**

Finalidade:
Debates sobre o objeto da Comissão
Participantes:
- **Rosalba Ciarline –** Governadora do Rio Grande do Norte;
- **Deputado Ricardo Motta –** Presidente da Assembleia Legislativa;
- **Márcia Maia –** Deputada Estadual;
- **Fernado Mineiro –** Deputado Estadual;
- **Fátima Bezerra –** Deputada Federal;
- **Garibaldi Alves Filho –** Ministro da Previdência Social;
- **Marco Dionízio Medeiros Caldas –** Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- **Aldair da Rocha –** Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte;
- **Fernanda Arenhant –** Promotora de Justiça;
- **Rosivaldo da Cunha Oliveira –** Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho;
- **Poliana de Medeiros –** Delegada Federal;
- **Sayonara Dias –** Coordenadora do Cedeca Casa Renascer;
- **Ana Paula Felizardo –** Presidente da ONG Resposta.

- **Dia 27 de junho**

Finalidade:
Tratar sobre o cumprimento do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como sobre os termos do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e questões atinentes às espécies de tráfico de pessoas.
Participantes:
- **Hélio Bicudo –** Presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos.

- **Dia 12 de novembro em Salvador/BA**

Finalidade:
Esclarecimentos sobre os casos de supostas adoções ilegais de crianças da cidade de Monte Santo/BA.
Participantes:
- **Luciano Tacques Ghignone –** Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia;
- **Laísa Souza de Araújo Rocha –** Defensora Pública-Curadora;
- **Yulo Oiticica** – Deputado Estadual;
- **Hélia Barbosa –** Defensora Pública;
- **Luiza Maia –** Deputada Estadual;
- **Maria Luiza Laudano –** Deputada Estadual;
- **Alice Portugal –** Deputada Federal;
- **Maria del Carmen –** Deputada Estadual;
- **Almiro Sena –** Secretário de Justiça;
- **Fernando Schmitd –** Secretário de Relações Internacionais;
- **Helena Souza.**

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 20 de março**

Finalidade:
Exposição acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Aparecida Gonçalves –** Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

- **Dia 27 de março**

Finalidade:
Debates sobre o objeto da Comissão.
Participantes:
- **Meire Lucia Monteiro Mota Coelho** – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Sonia Coelho Gomes Orellana** – Representante da Marcha Mundial de Mulheres;
- **Ana Carolina Barbosa** - Representante da União Brasileira de Mulheres.

- **Dia 29 de março**

Finalidade:
Debate sobre a Violência contra a mulher no campo e contra a mulher indígena.
Participantes:
- **Carmem Foro** – Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- **Maria Helena Azumezohero** – Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI;
- **Rosângela Piovizani** - Representante do Movimento das Mulheres Camponesas -- MMC.

- **Dia 10 de Abril**

Finalidade:
Debate sobre o tema “A Sistematização e o Monitoramento de Dados de Violência contra as Mulheres”.
Participantes:
- **Cecília Sardenberg -** Representante do OBSERVE;
- **Wania Pasinato -** Representante do Núcleo de Estudos da Violência da USP;
- **Lia Zanotta -** Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UNB;
- **Miriam Grossi -** Representante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC.

- **Dia 16 de Abril em Recife/PE**

Finalidade:
Debates sobre o objeto da Comissão.
Participantes:
- **Aguinaldo Fenelon de Barros** - Procurador Geral de Justiça de Pernambuco;
- **Maria Tereza Paes de Sá Machado** - Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco;
- **Wilson Salles Damázio -** Secretário de Defesa Social;
- **Cristina Maria Buarque** - Secretária da Mulher de Pernambuco;
- **Maria Betânia Serrano** - Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco;
- **Elaine Neves** - Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE;
- **Rejane Pereira** - Secretária da Mulher de Recife;
- **Carlos Humberto Inojosa Galindo -** Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

- **Dia 19 de abril**

Finalidade:
Debates sobre a transversalidade nas políticas de combate à violência contra as mulheres.
Participantes:
- **Helvécio Miranda Magalhães Júnior** – Representante do Ministério da Saúde;
- **Fábio Meirelles Hardmann de Castro** – Representante do ministério da Educação;
- **Cristina Villanova** – Representante do Ministério da Justiça.

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:
Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
Participantes:
- **Eleonora Menicucci** – Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres;
- **Iraê Lucena** – gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba;
- **Joelda Pais** – gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre;
- **Eliza Piola** – gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais;
- **Aparecida Gonçalves** – gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

- **Dia 27 de abril em Belo Horizonte/MG**

Finalidade:
Debates dobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais.
Participantes:
- **Heloísa de Ruiz Combat** – representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- **Nívia Mônica Silva** – Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça;
- **Cássio Soares** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais;
- **Denílson Feitosa Pacheco** – Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social;
- **Andrea Garzon Tonet** – Defensora Pública-Geral do Estado;
- **Deputada Luiza Ferreira** – relatora da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Deputada Maria Tereza Lara** – membro da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Márcia de Cássia Gomes** – Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais;
- **Laurelle Carvalho de Araújo** – Defensora Pública do Estado de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo da Mulher (NUDEM).

- **Dia 04 de maio em Florianópolis/SC**

Finalidade:
Debates dobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.
Participantes:
- **Alexandre Karazawa Takashima –** Juiz Corregedor;
- **Júlio César Ferreira Melo** – Juiz;
- **Maria Amélia Borges Moreira Abbad** – Promotora de Justiça;
- **Juliana Renda Gomes** – Delegada de Polícia;
- **Selma Elias Westphal** – Representante da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM.

- **Dia 07 de maio em Porto Alegre/RS**

Finalidade:
Debates dobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul.
Participantes:
- **Laís Ethel Correa Pías** – Desembargadora;
- **Carla Carrion Frós** – Promotora de Justiça;
- **Miriane Tagliari** – Defensora Pública;
- **Aírton Michels** – Secretário de Segurança Pública;
- **Márcia Santana** – Secretária de Políticas para Mulheres;
- **Fernando Anschan** – Representante da Secretaria Estadual de Saúde.

- **Dia 11 de maio em Vitória/ES**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Espírito Santo.
Participantes:
- **Hermínia Maria Azoury** – Juíza Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- **Maria Zumira Teixeira Bowen** – Promotora Chefe da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;
- **Gilmar Alves Batista** – Defensor Público Geral do Estado do Espírito Santo;
- **Henrique Geaquinto Herkenhoff** – Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo;
- **José Tadeu Marino** – Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo;
- **Rodrigo Coelho** – Secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos do Espírito Santo;
- **Carla da Mata Machado Pedreira** – Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo;
- **Edna Martins** – Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

- **Dia 1 de junho em Maceió/Alagoas**Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Alagoas.
Participantes:
- **Sandra Canuto** - Representante do Secretário de Saúde do Estado de Alagoas,
- **Dário César Barros Cavalcante** - Secretário de Defesa Social do Estado de Alagoas;
- **Paulo Zacarias da Silva** - Juiz Titular da Vara da Violência Doméstica, representando o Sr. Des. Sebastião Costa Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- **Kátia Born** - Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas;
- **Eduardo Antônio de Campos Lopes** - Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas;
- **Andrea Malta** - Representante da Marcha Mundial de Mulheres; e
- **Sérgio Juca** - Subprocurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

- **Dia 25 de junho em Curitiba/Paraná**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Paraná.
Participantes:
- **Denise Krugner** – Desembargadora Representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;
- **Josiane Fruet Lupion** - Defensora Pública-Geral do Paraná;
- **Cláudia Martins** - Promotora de Justiça da Violência Doméstica, Representante da Procuradoria-Geral de Justiça;
- **Fabio Lourenço Bruzamolin** - Promotor de Justiça;
- **Reinaldo de Almeida César** - Secretário de Segurança Pública do Paraná;
- **Maria Tereza Gomes** - Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná;
- **Maria Huçulk** - Superintendente da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná; e
- **Maria Cristina Ferreira** - Coordenadora de Proteção Social e Especial, Representando a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

- **Dia 29 de junho em São Paulo/SP**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de São Paulo.
Participantes:
- **Desembargadora Angélica de Maria Mello do Almeida** - Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo
- **Dr. Arnaldo Hossepian Júnior** - Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas,
- **Dr. Fabiano Marques de Paula** - Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania,
- **Dra. Gislaine Doraide Ribeiro Pato** - Delegada de Polícia dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo
- **Dra. Karina Barros Cafife Batista** - Assessora em Saúde da Mulher, representado a Secretário de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri;
- **Dra Rosemary Corrêa** - Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- **Dr. Renato Campos Pinto e Vitto** - Defensor Público.

- **Dia 03 de julho**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.
Participantes:
- **César Augusto Grubba** – Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;
- **Dalmo Claro de Oliveira –** Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina;

- **Dia 13 de julho em Salvador/BA**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Bahia.
Participantes:
- **Maurício Teles Barbosa -** Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia;
- **Jorge Santos Pereira Solla -** Secretário de Saúde do Estado da Bahia;
- **Vera Lúcia Barbosa -** Secretária de Políticas Para as Mulheres do Estado da Bahia;
- **Márcia Regina Ribeiro Teixeira -** Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, representando o Ministério Público do Estado da Bahia;
- **Mara Moraes -** Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza;
- **Almiro Sena -** Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
- **Sulle Nascimento -** Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

- **Dia 14 de setembro em João Pessoa/PB**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Paraíba.
Participantes:
- **Cláudio Coelho Lima -** Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba;
- **Waldson Dias de Souza -** Secretário de Saúde do Estado da Paraíba;
- **Iraê Heusi de Lucena Nóbrega -** Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba;
- **Antonieta Maroja Nóbrega Machado -** Juíza Substituta da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher;
- **Roseane Araújo -** Promotora de Justiça de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher;
- **Vanildo Oliveira Brito** - Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

- **Dia 31 de outubro**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Distrito Federal.
Participantes:
- **Ana Cristina Melo Santiago -** Delegada Chefe da DEAM;
- **Sandro Avelar -** Secretário de Segurança Pública do DF;
- **Jorge Luiz Xavier -** Diretor-Geral da Polícia Civil do DF;
- **Olgamir Amância Ferreira -** Secretária da Mulher do DF;
- **Marília Coelho Cunha -** Subsecretária de Vigilância em Saúde do DF;
- **Thiago André Pierobom -** Promotor de Justiça do DF;
- **Fabiana Costa Oliveira -** Promotora de Justiça do DF;
- **Dulcielly Nóbrega de Almeida -** Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher;
- **Leila Rebouças -** Representante do movimento de mulheres.

- **Dia 07 de novembro no Rio de Janeiro/RJ**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro.
Participantes:
- **Tércia Amoldo Silveira -** Diretora-Geral do Departamento Geral de Polícia da Baixada;
- **Célia da Silva Rosa -** Delegada Tirular da DEAM-RJ;
- **Mônica Almeida -** Subsecretária de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro;
- **Maria Célia Vasconcelos -** Subsecretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro;
- **Ângela Fontes -** Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- **Renata de Vasconcelos Araújo Bresson -** Promotora de Justiça;
- **Emanuelle Gangoni -** Defensora Pública;
- **Sula Omari -** Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

- **Dia 13 de novembro em Campo Grande/MS**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul.
Participantes:
- **Wantuir Francisco Brasil Jacini -** Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Tai Loschi -** Subsecretária da Mulher e de Promoção da Cidadania do Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Hildebrando Coelho Neto -** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Ana Lara Camargo de Castro -** Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande;
- **Nancy Gomes de Carvalho -** Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Susiê Guarani -** Representante dos Direitos Indígenas;
- **Cristiane Duarte -** Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

- **Dia 23 de novembro em Manaus/AM**

Finalidade:
Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Amazonas.
Participantes:
- **Paulo Roberto Vital de Menezes -** Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
- **José Duarte dos Santos Filho -** Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas;
- **Maria das Graças Soares Prola -** Secretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas;
- **Patrícia Macedo Campos -** Juíza Titular da Vara Especializada de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
- **Mário Ipyranga Monteiro Neto -** Promotor de Justiça do Estado do Amazonas;
- **Davi Santana da Câmara -** Promotor de Justiça do Estado do Amazonas;
- **Ariosto Lopes Braga Neto -** Subdefensor Público–Geral do Estado do Amazonas;
- **Francy Júnior -** representante do Fórum Permanente de Mulheres;
- **Miquelina Machado Tucano -** representante das mulheres indígenas.

CPMI – Práticas criminosas desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo"

- **Dia 08 de maio**

Finalidade:
Oitiva do responsável pela "Operação Vegas" da Polícia Federal
Participantes:
- **Raul Alexandre Marques de Souza** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 10 de maio**

Finalidade:
Oitiva do responsável pela "Operação Monte Carlo" da Polícia Federal
Participantes:
- **Matheus Mella Rodrigues** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 22 de maio**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Carlos Augusto de Almeida Ramos.**

- **Dia 24 de maio**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Wladmir Garcez Henrique;**
- **Idalberto Matias de Araujo;**
- **Jairo Martins de Souza.**

- **Dia 30 de maio**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Cláudio Abreu;**
- **José Olímpio de Queiroga Neto;**
- **Gleyb Ferreira da Cruz;**
- **Lenine Araújo de Souza**.

- **Dia 31 de maio**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.
Participantes:
- **Demóstenes Torres** – Senador da República.

- **Dia 5 de junho**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Walter Paulo de Oliveira**;
- **Sejana Martins**

- **Dia 12 de junho**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.
Participantes:
- **Marconi Ferreira Perillo Junior** – Governador do Estado de Goiás.

- **Dia 13 de junho**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.
Participantes:
- **Agnelo dos Santos Queiroz Filho** – Governador do Distrito Federal.

- **Dia 26 de junho**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Lúcio Fiuza Gouthier;**
- **Écio Antônio Ribeiro dos Santos**;
- **Alexandre Milhomem.**

- **Dia 27 de junho**

Finalidade:
Oitiva acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Eliane Gonçalves Pinheiro**;
- **Luis Carlos Bordoni.**

- **Dia 28 de junho**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Marcello de Oliveira Lopes**;
- **João Carlos Feitoza**;
- **Francisco Cláudio Monteiro.**

- **Dia 10 de julho**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.
Participantes:
- **Raul de Jesus Lustosa Filho –** Prefeito de Palmas/TO.

- **Dia 07 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Andressa Mendonça**;
- **Joaquim Gomes Thomé Neto.**

- **Dia 08 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Andréa Aprígio de Souza**;
- **Rubmaier Ferreira de Carvalho.**

- **Dia 15 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Edivaldo Cardoso de Paula**;
- **Roseli Pantoja da Silva**;
- **Hillner Braga Ananias.**

- **Dia 21 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Léa Batista de Oliveira**;
- **Daniel Rezende Salgado.**

- **Dia 22 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Jayme Eduardo Rincón**;
- **Aredes Correia Pires.**

- **Dia 28 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Luiz Antônio Pagot**;
- **Adir Assad.**

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Paulo Vieira de Souza**;
- **Fernando Cavendish**;
- **Gilmar Carvalho Moraes.**

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:
Oitivas acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Paulo Vieira de Souza**;
- **Fernando Cavendish**;
- **Gilmar Carvalho Moraes.**

- **Dia 04 de setembro**

Finalidade:
Oitiva acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **André Teixeira Jorge.**

- **Dia 09 de outubro**

Finalidade:
Oitiva acerca do objeto da Comissão.
Participantes:
- **Carlos Leréia –** Deputado Federal.

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	0
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	0
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	0
Comissão Externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	0
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	5
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	1
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo (CPMIVEGAS)	0
TOTAL	**6**

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)

- **Dia 05 de março em Manaus/AM**

Finalidade:
Investigar fatos ligados ao suposto tráfico de haitianos para o Brasil.
Participantes:

- **Paulo Abrão -** Secretário Nacional de Justiça;
- **Renato Zerbini Leao -** Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados;
- **Edmilson da Costa Barreto -** Representante da Procuradoria da República do Estado do Amazonas;
- **Sergio Lúcio Fontes -** Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas;
- **Padre Gustot Lucien -** Pároco Haitiano;
- **Padre Gelmino Antônio Costa -** Pároco da Igreja São Geraldo, Manaus-AM;
- **Rinaldo Gonçalves de Almeida -** Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho;
- **Dermilson Chagas -** Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Amazonas;
- **Dr. Audaciphal Hildebrando -** Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho;
- **Fernanda Alves dos Anjos -** Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação;
- **Simon Seraphin -** Imigrante Haitiano;
- **Ketly Vibert Franceschi -** Presidenta da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas;
- **Regina Fernandes do Nascimento -** Secretária de Assistência Social e Cidadania do Amazonas;
- **Alfredo Wagner Berno de Almeida -** Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
- **Dra. Denise Reif Kroeff -** Gerente de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ

Finalidade:
Esclarecimentos sobre uma suposta participação no tráfico internacional de pessoas, para fim de exploração sexual, de oito brasileiras, naturais do Rio de Janeiro, que foram impedidas de embarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos em voo com destino à Namíbia
Participantes:

- **Vilberto Ataíde Frazão**
- **Bruna Rosa Belmont**

- **Dias 04 a 06 de junho em Washington (EUA)**

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- **Patricia Kowall -** FHI 360**;**
- **Bela M. Shah -** FHI 360**;**
- **Kiera Derman -** FHI 360**;**
- **Sara Gilmer -** Departamento de Estado dos EUA;
- **Casey Branchini -** Departamento de Estado dos EUA;
- **Theresa Segovia -** Departamento de Justiça dos EUA
- **Ngozi Onunaku -** "Department of Health and Human Services (HHS)";
- **Eskinder Negash -** "Department of Health and Human Services (HHS)";
- **Curtis O. Porter-** Diretor, Department of Health and Human Services (HHS)";
- **Bradley Mitchell -** Departamento de Justiça dos EUA
- **Mary Allison -** Diretora do Polaris Project;
- **Tiffany Williams -** "Break the Chain Campaing";
- **Blair Bjellos -** Assistente Legislativo;
- **Ted Poe -** Congressista;
- **Allison Hollabaugh -** Conselheira do Congressista **Chris Smith;**
- **Stephen Tausend** Conselheiro do Senador **Jonh Cornyn;**

- **Dias 07 e 08 de junho em Nova York (EUA)**

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- **Amanda Kramer – "**Assistant District Attorney";
- **Crystal DeBoise –** "Urban Justice Center"
- **Adriana Ongoiba –** "Urban Justice Center"
- **Amanda Joiejo –** "Sanctuary for Families"
- **Lori Cohen – "**Sanctuary for Families"
- **Laruen Hersh – "**Sanctuary for Families"
- **Tzili Mor –** "Equality Now"
- **Kristen Berg –** "Equality Now"
- **Maya Ibars -** "Equality Now"
- **Joanne Payne-Prayor -** FBI
- **Brian Naddow -** FBI;
- **Bruce May -** FBI**;**
- **Tara Manley -** FBI;
- **Warren Chiu -** FB**I;**
- **Anthony Bivona -** FBI;
- **Avaloy Lanning -** Safe Horizon
- **Susu Thatun -** UNICEF
- **Ted Maly -** UNICEF
- **Katisha K Andrew -**"Deputy Administrator in the Center for Battered Women´s Legal Services"
- **Yasmeen Hassan - "**Global Director: Equality Now";

- **Dia 16 de julho em Goiânia/GO**

Finalidade:

Tratar de matéria atinente ao objeto de investigação da Comissão.

Participantes:

- **Nelma Pontes** – Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás;
- **Marcos Vinicius da Costa Júnior** – Delegado Titular da Delegacia de Aruanã;
- **Thiago Galindo Plachefki** – Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 13 de setembro em Queimadas/PB**

Finalidade:
Esclarecimentos acerca do caso de estupro coletivo ocorrido no município de Queimadas/PB.
Participantes:

- **Cassandra Maia Duarte –** Delegada de Polícia;
- **Márcio Teixeira –** Promotor de Justiça;
- **Flávia Batista Rocha –** Juíza de Direito.

D - ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)
01 a 30/11/2012

Solicitações	Quantidade
Atendidas	87
Indeferidas	2
Total	89

Informações Solicitadas por Canal de Entrada
01 a 30/11/2012

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	65
E-mail	19
Presencial	5
Total	89

Classificação dos Atendimentos Quanto ao Mérito
01 a 30/11/2012

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	50
Solicitações de listagem de proposições	4
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	6
Identificação de proposições	6
Dúvidas gerais de processo legislativo	6
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	0
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	13
Outras	4
Total	89